

**Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF**  
**Instituto de Ciências Humanas – ICH**  
**Departamento de Ciência da Religião**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**2º CICLO DO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM  
CIÊNCIAS HUMANAS**

**LICENCIATURA EM *CIÊNCIA DA RELIGIÃO***

**E /OU**

**BACHARELADO EM *CIÊNCIA DA RELIGIÃO***

**Juiz de Fora, julho de 2011**

## Preâmbulo

A ciência tal qual a conhecemos hoje, é produto relativamente recente na história do mundo ocidental. Além disso, foi aos poucos que ela se aproximou dos estudos sobre a sociedade humana. No início, as ciências humanas procuraram copiar o jeito de se fazer conhecimento já consolidado naquelas áreas que estudavam as coisas mais distantes, as coisas da natureza. É bom lembrar que o auge dessa forma de conhecimento se deu no século XIX com o pensamento evolucionista. Naquele momento, a ciência aparecia como a mais sábia das formas de conhecimento, aquela que tiraria o ser humano das suas superstições e também dos devaneios metafísicos. Buscava-se, e acreditava-se ter alcançado, um saber exato. Nesse sentido, a ciência deveria se opor a todo pensamento que fosse mágico, místico ou também religioso. A verdade deveria estar isenta de tudo aquilo que fosse subjetivo, daquilo que pudesse agradar os sentidos, como o belo, e também afastada das crenças e das veleidades políticas. É nesse momento que a teologia, que nasceu na Grécia Antiga justamente como tentativa de compreensão dos mitos, é descartada como saber inútil. A teologia, envergonhada, se retirou do palco e ficou restrita à dimensão dogmática e à formação do corpo sacerdotal eclesiástico. Pouco, ou nada mais, tinha a dizer sobre o mundo cotidiano dos humanos. Nasce, então, uma ciência das religiões, buscando carona nas demais ciências e procurando compreender o religioso e a experiência religiosa como mais um objeto passível de ser dissecado e analisado. Nas ciências da natureza tinha-se um certo consenso do valor das próprias descobertas, afinal, havia uma única verdade. Durante todo o século XX, as ciências humanas, e entre elas as ciências da religião, posicionaram-se basicamente em duas grandes vertentes. Procuraram uma forma de validar seus conhecimentos por intermédio dos mesmos parâmetros das demais ciências, ou, numa vertente oposta, buscaram dela se afastar, criando imagens sedutoras na tentativa de dar conta da realidade por meio de uma hermenêutica. Portanto, essas ciências que buscavam sua legitimidade ficaram entre dois mundos. De um lado a busca objetiva de uma verdade única. De outro, uma valorização das subjetividades. A primeira foi, e ainda é, criticada por não dar conta das riquezas do mundo humano. A segunda foi, e ainda é, taxada de infantilismo pelos adeptos de uma ciência que se diz exata.

(Guerriero, 2010, p. 55-56)

Razão e intuição são as duas faculdades por meio das quais os indivíduos orientam-se no mundo. Elas correspondem aos dois tipos de ciência: primeiro, a objetiva, discriminatória; segundo, a subjetiva, holística. Os cientistas exatos inferem características internas de um objeto como base em seu exterior. Por exemplo, estudam a “meditação” examinando um determinado número de praticantes para verificar se e quando o exercício mental causa ondas cerebrais do tipo alfa e teta, quanto tempo demora para o ácido láctico do corpo diminuir, em quanto tempo a resistência elétrica da pele aumenta, e assim por diante. Os cientistas “não exatos” aprendem a meditar e incluem suas experiências em seu trabalho acadêmico.

(Greschat, 2006, p. 143-144)

A tendência para a fragmentação, para a disjunção, para a esoterização do saber científico tem como conseqüência a tendência para o anonimato. A especialização generaliza-se: atinge não somente as ciências naturais como também as antropossociais, trazendo um vazio de subjetividade inerente a estas áreas do conhecimento.

(Morin, 1999, p. 17)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: LOCALIZANDO A <i>CIÊNCIA DA RELIGIÃO</i> NO BRASIL.....	4
1. BREVE HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA RELIGIÃO E DO BACHARELADO EM CIÊNCIA DAS RELIGIÕES.....	6
2. O OBJETO DO CURSO DE GRADUAÇÃO: RELIGIÃO - O QUE É ISTO?.....	10
3. CIÊNCIA PARA ESTUDAR RELIGIÃO - O QUE É ISTO?.....	15
3.1 Ciência (ou ciências) no estudo da Religião (ou das religiões).....	16
3.2 A Graduação na UFJF: Ciência da Religião.....	17
3.3 Ciência da Religião: Autonomia e Interdependência.....	18
4 GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO: LICENCIATURA (E A QUESTÃO DO ENSINO RELIGIOSO).....	27
5. GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO: BACHARELADO.....	35
6. APRESENTAÇÃO DOS ASPECTOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO (Bacharelado e/ou Licenciatura).....	41
6.1 Objetivos Gerais da Graduação.....	41
6.2 Objetivos Específicos da Graduação (Bacharelado).....	41
6.3 Objetivos Específicos da Graduação (Licenciatura).....	42
6.4 Perfil do Ingressante/Egresso.....	42
6.5 Metodologias de Ensino/Princípios Didático-Educativos.....	43
6.6 Avaliação.....	45
6.7 Interdisciplinaridade/Interdependência presente na Graduação em Ciência da Religião.....	45
6.8 Atividades complementares.....	46
6.9 Tecnologia na relação ensino-aprendizagem.....	47
7. GRADE CURRICULAR E QUESTÕES ANEXAS.....	48
7.1 Grade Curricular.....	48
7.2 Padrão de Oferta das Disciplinas.....	49
7.3 Coerência da Grade Curricular com o perfil/objetivos da Graduação em Ciência da Religião (2º Ciclo).....	49
7.4 Turnos do curso.....	51
7.5 Aproveitamento de Carga Horária do 1º Ciclo.....	51
7.6 Carga horária (Bacharelado).....	52
7.7 Carga horária (Licenciatura).....	54
7.8 TCC do curso de graduação em Ciência da Religião.....	56
7.9 Ingresso de candidatos vindos de outros cursos ou instituições de ensino.....	60
7.10 Disciplinas eletivas/adicionais não oficiais.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
EMENTAS, BIBLIOGRAFIAS E PLANO DE ENSINO DAS DISCIPLINAS.....	64

## INTRODUÇÃO: LOCALIZANDO A CIÊNCIA DA RELIGIÃO NO BRASIL

No Brasil existem (2011) nove Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*<sup>1</sup> em Ciência da Religião<sup>2</sup>, sendo três alocados em universidades públicas, duas federais e uma estadual (UFJF/MG, UFPB/PB, UEPA/PA). Quatro deles comportam Mestrado e Doutorado (UMESP/SP, UFJF/MG, PUC/SP, UCG/GO) e o restante (Mackenzie/SP, PUC/MG, UNICAP/PE, UFPB/PB, UEPA/PA) abriga apenas o Mestrado. Há também Institutos de Ensino Superior (IES, adiante) que oferecem cursos de Especialização em Ciência da Religião (entre eles a UFJF), sendo que o número de Especializações (com ou sem ênfase em Ensino Religioso) é de difícil mensuração, já que as IES os oferecem e os abrem conforme demandas particulares, locais ou sazonais.

A primeira Pós-Graduação *Stricto Sensu* a surgir no Brasil, a da UMESP, na década de 1970, teve desde seu início forte influência da Teologia cristã, nomeadamente protestante<sup>3</sup>. A partir da década de 1990, particularmente, surgiram os demais cursos de Pós-Graduação, e o novo milênio tem presenciado o crescimento de tais Programas. Interessante é notar que, ao contrário das demais Pós-Graduações, que geralmente nascem como desenvolvimento das Graduações, os Programas de Pós-Graduações em Ciência da Religião foram surgindo, no Brasil, independentes de graduações na área. Exceção foi o da UFJF, precedido de uma Graduação em Ciência da Religião. Contudo, atualmente, esta tendência inverte-se. O número de IES, privadas ou públicas, que oferecem a Graduação (Bacharelado e/ou Licenciatura) em Ciência da Religião vem crescendo no novo milênio – cerca de 20 graduações no Brasil, conforme pesquisa do Grupo de Pesquisa Educação e Religião (GPER), da PUC/PR<sup>4</sup>, - respondendo, tal crescimento, não só a uma demanda reprimida de formação qualificada não teológica para pessoas que almejam docência em Ensino Religioso, a partir das referências e suportes acadêmico-científicos que a Ciência da Religião proporciona, como também atendendo à demanda de pessoas (com ou sem formação prévia) que necessitam, para suas pesquisas e atuações profissionais específicas, dos conhecimentos e instrumentais acadêmico-

---

<sup>1</sup> Atualmente (2011) há um décimo, da Faculdade Unida de Vitória/ES, previsto como Mestrado Profissionalizante em Ciências das Religiões, aguardando homologação do CNE.

<sup>2</sup> As nomenclaturas variam entre Ciência da Religião, Ciências da Religião e Ciências das Religiões, o que será, de forma breve, explicado a seguir. Para efeitos práticos, e em concordância com o nome assumido pelo Departamento e Programa de Pós-Graduação existente na UFJF, optamos, neste Projeto, por usar a terminologia no singular, opção que também será explicada adiante.

<sup>3</sup> Luís Dreher (2001, p. 169) anota que a criação da maioria dos Programas e Departamentos de Ciência(s) da(s) Religião(ões), no Brasil deu-se a partir de iniciativas eclesiais, mostrando o compromisso de tais Departamentos e Programas – ao menos em sua fase inicial - com uma compreensão substantiva de religião.

<sup>4</sup> Informações disponíveis em: <http://www.gper.com.br/index.php?sec=biber&secaoId=7&categoriaId=7>. Acesso em 09/06/2011.

científicos encontrados nos cursos de Ciência da Religião. Assim, as Graduações em Ciência da Religião tem se firmado no Brasil, nos últimos anos, através de uma crescente criação de novos cursos de Graduação que, inclusive, já têm gerado Pós-Graduações, como no caso da UEPA/PA (2011). A criação de Graduações em Ciência da Religião, portanto, visibiliza não só uma demanda por este curso, como a própria legitimidade dele, sendo muitos criados dentro de IES públicas, que entendem o curso como de caráter acadêmico e científico, não atrelado a pressupostos confessionais ou institucionais religiosos. Portanto, a Ciência da Religião vem se firmando, na Graduação, como curso laico, acadêmico, não teológico, que proporciona o estudo do fenômeno religioso, de seu campo, de suas expressões, a partir de paradigmas acadêmicos que ultrapassam laços ou compromissos confessionais/religiosos ou que pleiteiem axiomas de verdade e juízos de valor sobre o objeto de estudo.

Apresenta-se, contudo, nota singular no presente Projeto Pedagógico a dar criação à Graduação em Ciência da Religião na UFJF. Antes foi a Graduação – depois extinta – que promoveu a Pós-Graduação em Ciência da Religião na UFJF; aliás, diga-se, deu origem ao primeiro Mestrado e Doutorado no âmbito da UFJF. Agora, o Departamento de Ciência da Religião entende que, no âmbito das políticas do REUNI e da criação do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas (1º Ciclo), afigura-se a oportunidade do ICH da UFJF oferecer, através do citado Departamento, a Graduação em Ciência da Religião (2º Ciclo do citado Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas), nas modalidades de Licenciatura e Bacharelado.

## 1

**BREVE HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA RELIGIÃO E DO BACHARELADO EM CIÊNCIA DAS RELIGIÕES<sup>5</sup>**

A criação do Departamento de Ciência da Religião na UFJF deu-se em 27 de junho 1969<sup>6</sup>. Desde seu início, conforme justificativa para sua criação, entendeu-se que o Departamento deveria criar um curso de Ciência da Religião “que possibilitasse o estudo sistemático e aconfessional do fenômeno da religiosidade”. A partir deste paradigma estruturou-se um plano curricular interdisciplinar, composto de disciplinas comuns, ou fundamentais, e de disciplinas complementares, ou instrumentais. Afiguraram entre as disciplinas fundamentais, por exemplo: Estudo Comparado das Religiões, Sociologia da Religião, Psicologia da Religião, Teodicéia e Filosofia da Religião. Como complementares estavam elencadas disciplinas como Introdução à Filosofia, Sociologia, Antropologia Filosófica, Ética, Psicologia Dinâmica, Antropologia Cultural, Fundamentos da Civilização Ocidental, História das Idéias Políticas, Economia Política, entre outras.

Interessante é observar que, atualmente, no Bacharelado em Ciências Humanas da UFJF (que antecede o 2º ciclo, que este Projeto apresenta para o Curso de Bacharelado e/ou Licenciatura em Ciência da Religião), algumas disciplinas que, no antigo plano curricular de curso de Ciência da Religião eram ditas complementares, estão presentes já neste 1º Ciclo de Bacharelado atual (como Introdução à Filosofia, Sociologia, e outras equivalentes, como Tópicos Especiais de Política, Psicologia do Desenvolvimento, entre outras). Ou seja, atualmente, no Planejamento Pedagógico do 1º Ciclo (Bacharelado em Ciências Humanas), estão presentes disciplinas (ou similares) que, outrora, foram propostas como parte do curso de Ciência da Religião enquanto disciplinas auxiliares. Assim, também hoje se oferece a oportunidade de conjugação harmônica entre disciplinas de apoio ou complementares à Ciência da Religião (oferecidas no 1º Ciclo) e disciplinas específicas da Ciência da Religião, a serem oferecidas especificamente no 2º Ciclo àqueles que optarem pela Graduação (Bacharelado e/ou Licenciatura) em Ciência da Religião.

Retornando à história, os nomes que o Departamento utilizou para sua identificação, e do curso a ser criado, variaram conforme as discussões epistemológicas e metodológicas em

---

<sup>5</sup> As informações de cunho histórico, presentes neste capítulo, baseiam-se no polígrafo, não publicado, denominado *Bacharelado em Ciência das Religiões da UFJF*, de autoria do Prof. Dr. Faustino Luiz Couto Teixeira. Agradecemos o Prof. Faustino Teixeira pela gentil disponibilização de seu polígrafo.

<sup>6</sup> Tendo ficado vinculado ao Departamento de Filosofia até 1971. O Departamento de Ciência da Religião alcança sua autonomia em 1971, através da resolução 178/71 do CEPE, aprovada por unanimidade.

torno da compreensão acerca de ciência e de religião. No início utilizou-se os termos Ciências das Religiões para caracterizar o Departamento e o curso. Em 1974 surge, em atas, a nomenclatura Ciência das Religiões. Apenas em 1989 eclode, em definitivo, a definição que permanece até os dias atuais: Ciência da Religião. Assim é justificada, na ata de 04 de dezembro de 1989, a nova opção: “pois religião no singular tem o forte significado de abranger a totalidade dos fenômenos religiosos que aparecem nas diversas religiões” (Livro 2 de Atas, p. 70).

Em 1970 o curso de Ciências das Religiões, previsto, à época, na reformulação da UFJF (coincidentemente também hoje o presente Projeto Pedagógico de Curso de Graduação em Ciência da Religião insere-se, também, em momento de reformulação universitária, através do REUNI), teve sua aprovação no CEPE e, segundo Teixeira, também recebia, o curso, acolhida favorável do Conselho Federal de Educação.

O Departamento, a partir de sua autonomia, em 1971, criou novas disciplinas, tais como Introdução ao Mundo Bíblico I e II, Teologia Bíblica I, II, III, IV, Teologia Sistemática I, II, III, IV, História do Cristianismo I, II, III, IV. Percebe-se, por tais disciplinas e pela extensão de tempo de estudo dedicada a cada uma delas, que o Departamento percebia a Ciência da Religião, à época, ainda em uma perspectiva acentuadamente referenciada pelo cristianismo, quiçá pelo catolicismo, levando-se ainda em conta que seu corpo docente era formado, em maior parte, por sacerdotes ou leigos católicos.

Seja por estas características, ou pela própria tradição positivista da Academia no Brasil, “avessa à religião e seu estudo” (Dreher, 2001, p. 154), a implantação do Bacharelado encontrou resistências tanto em setores internos da UFJF como, também, no âmbito eclesial católico, mesmo a despeito de seu corpo docente ser preponderantemente ligado à Igreja. A questão é que a Igreja lançava suspeição sobre um Departamento e curso sobre Religião que não pudesse estar atrelado às diretrizes oficiais dela, Igreja, porquanto alocado em um ambiente laico e público, e com a autonomia que este ambiente costuma proporcionar.

O Curso de Ciência da Religião foi então, na década de 1970, alvo de intenso e virulento debate, favorável ou contrário a ele, polemizado, tal debate, inclusive, na imprensa local e nacional. O resultado da polêmica criada em torno do curso deu-se no fato de que houve um único vestibular para o Bacharelado em Ciência das Religiões, em 1976, redundando na formação de uma única turma. Após, o curso foi impedido de, à frente, continuar a formar novas turmas, e teve o seu credenciamento cancelado.

O curso que, entretanto, veio a funcionar, mesmo em meio a tantas disputas e polêmicas, tinha, em seu currículo integral, fixado para o Bacharelado em Ciência das Religiões, 2.205 horas previstas (currículo aprovado pela Resolução nº 35/75 do CEPE).

Para se poder, a título de exemplo, fazer uma comparação entre o curso de então e o novo Bacharelado/Licenciatura prevista neste atual Projeto Pedagógico, elenca-se, a seguir, as disciplinas oferecidas à época pelo curso (complementadas com disciplinas do curso de Filosofia):

*Ciclo Básico:*

Sociologia I  
Civilização Contemporânea  
Português I  
Introdução à Psicologia  
Introdução à Filosofia

*Cadeiras Específicas:*

Ética I e II  
Antropologia Religiosa  
Sociologia VI  
Introdução ao Mundo Bíblico I e II  
Hermenêutica Bíblica I, II, III  
Cristologia Bíblica  
Escatologia Bíblica  
Cristologia Sistemática  
Eclesiologia Sistemática  
História do Cristianismo I, II, III, IV  
Fenomenologia do Cristianismo I, II, III, IV  
Estudo Comparado das Religiões I e II  
Psicologia da Religião  
Filosofia da Religião I e II

Como se poderá perceber, ao comparar as disciplinas do primeiro Projeto de Bacharelado, e as do atual Projeto, o curso criado na década de 1970 comportava um maior esforço na análise do cristianismo, e bastante a partir de perspectiva teológica (Eclesiologia, Cristologia). Contudo, também distanciando-se de um curso de Teologia, abria-se para uma compreensão mais plural sobre o fenômeno religioso e as religiões, com disciplinas como Estudo Comparado das Religiões, Antropologia Religiosa, Filosofia da Religião, Psicologia da Religião.

Entende-se, no âmbito do presente Projeto, a importância que este curso teve como pioneiro em universidades públicas no Brasil. Oscilando entre um eixo mais cristão-teológico, e outro mais plural enquanto estudo das religiões e do fenômeno religioso de forma geral, o curso abriu novos caminhos para o estudo acadêmico da religião, em meio a lutas e tensões



internas à universidade e externas a ela. Embora de vida curta, o curso representou – tanto para o âmbito acadêmico, como para âmbitos eclesiásticos – uma tentativa de se estudar, pesquisar e dizer religião para além dos âmbitos até então conhecidos – o da apologia teológica das instituições eclesiásticas, e o da crítica positivista da Academia brasileira. Assim, o curso veio a romper paradigmas solidificados (não sem os traumas e cizânias que tais rompimentos sempre acarretam), a propor novos locais e formas de se pensar e estudar religião, e a abrir caminho para a reflexão autônoma e interdisciplinar sobre o fenômeno religioso e sobre as religiões.

Hoje vive-se novo momento. Não que ainda não existam tensões e mesmo incompreensões sobre o lugar e a validade da Ciência da Religião na universidade, particularmente a pública. As discussões epistemológicas, metodológicas e, muitas vezes, ideológicas e corporativas, dão-se não só no âmbito referente à Ciência da Religião, mas também em qualquer campo do saber que se queira honesto quanto ao pensar-se, formular-se e reformular-se. O fato é que hoje a Ciência da Religião é campo de saber consolidado no Brasil, estando presente tanto em Graduações como, principalmente, em Pós-Graduações, em um número significativo de universidades, inclusive públicas. E, atualmente, com uma reflexão sobre si mais amadurecida (mas sempre em constante amadurecimento, em reflexão contínua sobre si), a Ciência da Religião proposta neste Projeto Pedagógico de Bacharelado e/ou Licenciatura, em sua grade curricular, prevê um enfoque amplo e plural quanto a seu escopo específico, isto é, a(s) religião(ões), propondo um leque de disciplinas extremamente abrangente, seja quanto às tradições religiosas a serem estudadas, seja quanto aos temas relativos à religião ou que têm interface com ela, afora as disciplinas específicas de Pesquisa (Bacharelado) e de Formação Pedagógica e Didática (Licenciatura).

## 2

**O OBJETO DO CURSO DE GRADUAÇÃO: RELIGIÃO - O QUE É ISTO?**

*Queria uma árvore que não desse conceitos.  
Queria abocanhar-lhe os frutos.*

(Marco Lucchesi)

Qual o objeto específico de um Curso de Graduação (Licenciatura e/ou Bacharelado) em Ciência da Religião? A “Religião”, óbvia resposta. Mas o que é “Religião”? Não se estaria em um campo movediço e falacioso ao tentar-se definir religião? O que é ela e a que ela se refere exatamente? Qual sua empiricidade para uma investigação da ciência ou, ao menos, para uma definição que se queira objetiva? Não é o termo – em seus usos e abusos – algo do foro íntimo, da subjetividade? Estas são perguntas e questionamentos que a modernidade, e particularmente as ciências (ou os paradigmas científicos) brotadas da modernidade e também produtoras dela, fazem. São perguntas legítimas, embora norteadas por uma concepção de ciência e de entendimento do que seja um objeto de estudo que, em um debate mais aprofundado, podem ser relativizados, ou colocados em um parêntesis histórico.

Tem razão Greschat (2006, p. 17) ao advertir que a palavra “religião” é como um labirinto. Seria ela a doutrina (ou dogmas) de uma determinada tradição de fé, ou a teologia de certa confissão de fé? Poderia ser mitos e ritos presentes nas culturas e povos? Seria a especulação metafísica sobre deus(es) ou espíritos, ou sobre seres sobrenaturais? Ou seria a(s) história(s) das relações entre os seres humanos com seus cridos deuses? Poderia ser as revelações e palavras dos deuses gravadas em livros sagrados? Há os que defendem que ela é a própria sociedade vista em espelho enquanto regulada por tabus, moral e mitos. E há os que afirmam ser ela uma expressão do espírito a conduzir a história e seu desenvolvimento. Seria a religião o conjunto de ideias fundadas em doutrinas e entes sobrenaturais a reger e moldar sociedade, pessoas, consciências? Seria simplesmente o que cada um entende em sua fé, subjetivamente, e ponto final? E neste último caso, como definir “fé”? Ou seja, neste campo, tantas vezes, a explicação dada a um termo pode levar a pedir contas de explicações que devem ser dadas aos termos que explicam termos.

Enfim, constata-se que: “‘religião’ abrange toda uma ‘família’ de componentes. Portanto, o termo religião precisa se referir a uma coleção de diferentes fatores, critérios e dimensões que, em seu conjunto, descrevem um quadro no qual a ciência da religião pode inserir seu objeto. No entanto, esse quadro não é ‘preestabelecido objetivamente’, mas ‘construído’ por meio da atuação de cientistas da religião” (Hock, 2010, p. 29). Ou seja,

religião pode ser tudo o que está elencado no parágrafo logo acima, conquanto o recorte e definição dela como objeto de pesquisa específica, em um tema religioso ou religião específica, por exemplo, é algo que cabe ao seu estudioso, o cientista da religião, ter a capacidade e habilidade de discernir e construir como objeto para sua pesquisa, já que a religião não se impõe, em princípio, como “evidência fática”, mas se “mostra” envolvida nas culturas que, a um tempo, a manifestam e a ultrapassam.

Seja qual for a explicação/definição que se dê para o termo religião<sup>7</sup>, que quer ser o objeto de um curso de Graduação em Ciência da Religião, fato é que, de um jeito ou de outro, ela (“existe”) - com ou sem aspas, conforme as opções epistemológicas de cada pesquisador. Isto é, o objeto existe, derivado ou não. Ela existe nas manifestações culturais, nos símbolos, nos ritos, nas atitudes religiosas das pessoas, nas instituições com suas doutrinas. A religião manifesta-se “não somente em nossa linguagem cotidiana, ela é também considerada como um dado estabelecido no direito e na legislação. Com isso, religião é mais que apenas ‘som e fumaça’ – é uma realidade social, um processo de comunicação específico que cria realidade e ganha forma real através de atos sociais” (Hock, 2010, p. 30). Claro, em tudo isto, pode-se dizer, não está a religião propriamente em si, mas expressões suas, manifestações empíricas, tangíveis, pictóricas, simbólicas dela, mas não ela mesmo. Outros ainda dirão que apenas estas coisas é a tal religião: fatos sociais empíricos que existem a partir de subjetividades compartilhadas, ou não, e de olhares definidores de sentido para o mundo e para as pessoas. Mas, seja lá como se interprete o que seja religião – de forma funcionalista, reducionista ou fenomenológica – ela está aí, nos gestos, expressões culturais, narrativas, guerras, cultos, festas, folclores, morais impostas ou propostas. E na consciência de cada um, ou não. O ato de negá-la e rejeitá-la não deixa de ser, ao avesso, o ato de reconhecer que ela existe, ainda que sendo uma falácia. Portanto, eis que, por caminhos indiretos ou diretos, ela aí está. Há objeto de estudo.

Embora seja sabido que não há consenso na definição deste objeto, tão fluido e abstrato para alguns, tão óbvio e empírico para outros, propõe-se, aqui, não para definir consenso, mas para oferecer um exemplo possível – ainda que provisório, como ensaio, e conservador – uma assertiva sobre religião: “é antes de tudo um pensamento estruturado, que explica o divino e o cosmos e implica uma *Weltanschauung* [visão de mundo]” (Ries, 2008, p.

---

<sup>7</sup> Se é que trata-se da possibilidade de definir religião no singular. Há os que defendem que não se trata de definir religião no singular (isto seria, empiricamente, impossível), mas de definir (ou tentar definir, se possível) religiões específicas, e que, cada uma em sua especificidade, não autorizaria uma definição geral, ou no singular, de religião (mesmo em uma perspectiva comparativa).

17). Acrescenta-se a isto (ainda que esteja implícito na definição): estruturas sociais, culturais, simbólicas, que podem ser tanto investigadas empiricamente, quanto fenomenologicamente.

Entretanto, nesta definição que serve apenas de exemplo, a bem de aparar arestas, alguns comentários críticos se fazem necessários, no sentido de problematizar conceitos. Pode ser um “pensamento estruturado”, mas também fluido, caótico, em transição<sup>8</sup>. Talvez seja mais justo dizer: é um imaginário, fruto de experiências religiosas particulares ou coletivas<sup>9</sup>, que pode ser estruturado, ou estar na ebulição de constantes trânsitos. Nem sempre “explica o divino”, mas se refere ao sagrado – seja lá como este for interpretado ou explicado -, ou a coisas sagradas, ou a sentidos pessoais ou coletivos que têm como fonte elementos que se percebem para além da experiência cotidiana, prosaica ou profana. Mas, o que mais interessa na definição acima, é o *Weltanschauung* (visão de mundo). Ou, talvez, um conceito equivalente: *sistemas de referência*. Seja em que nível for esta visão de mundo, religião é elemento de compreensão – e explicação – do mundo, da vida, da dor, da esperança, do nascer, do morrer, do viver. Seja bem estruturada esta compreensão, suspeitada, vivida e

---

<sup>8</sup> Isto não só ao apontar-se para os sincretismos e composições próprias que as pessoas constroem em suas percepções e vivências de fé, mas também a partir das novas circularidades culturais e suas interpenetrações e novas sínteses possibilitadas pelo fenômeno da globalização, assim como os trânsitos religiosos e bricolagens do chamado “peregrino”, que se desfilia de tradições religiosas antes atávicas para si ou seu grupo e move-se entre as religiões, sendo influenciado por elas e, nesse mover-se, as influenciando também; ou ainda a figura do “convertido”, que se (re)agrega à (sua)religião de forma a tê-la como campo referencial único, seguro e excludente. Para estas discussões: HERVIEU-LÉGER, Daniele. **O peregrino e o convertido – a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2008; BERGER, Peter ; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

<sup>9</sup> Pesquisadores de várias áreas do saber, como o canadense Steven Engler (professor da *Mount Royal University*, em Calgary, Canadá), em sua conferência no XII Simpósio Nacional da ABHR (01/06/2011), ocorrido na UFJF, contestam os conceitos de experiência (religiosa) e imaginário como não redutíveis à análise de pesquisa científica. Entretanto, entende-se, aqui, que tais conceitos podem (e devem) ser operacionais para uma Ciência da Religião, ainda que possam ser concebidos como fora de alcance de verificação empírica, sobretudo para ciências modernas e suas abordagens metodológicas. E por que podem (e devem) ser operacionais e úteis à Ciência da Religião? Porque as pessoas e grupos religiosos referem e vinculam suas crenças, seu agir, suas vidas a tais experiências ou imaginários. Portanto, cabe à Ciência da Religião o desafio de também buscar em seu labor científico chegar-se à investigação deste universo não empírico ou subjetivo. Ora, às ciências em geral cabe serem desafiadas a descobrir novas possibilidades e paradigmas de análise e solução de problemas. Por qual razão seria, de antemão, vedada a uma ciência que pretende investigar religião esta tarefa? Ou mesmo recriminá-la por colocar e desenvolver conceitos como “experiência religiosa” e “imaginário” como pressupostos plausíveis para sua pesquisa? Falta do objeto? Mas o que é objeto, volta à baila a pergunta? Quem define legitimamente o que é um objeto de pesquisa, sua existência e plausibilidade de análise? Os pressupostos reducionistas e positivistas de ciência? Para além de uma discussão epistemológica, esta é uma discussão que pode ser ideológica, política e datada historicamente. É preciso ter o cuidado para que determinados axiomas de ciência – e o próprio termo – não se tornem como religiosos, ou mesmo seu próprio deus em seus dogmas. “Mas há ainda uma questão de fundo mais epistemológico nesta constatação da falácia da modernidade em tentar expurgar a religião: a idéia de que sua origem e sua constituição devessem ser procuradas fora da religião. Um dos problemas da modernidade não foi a associação da religião a instâncias e fenômenos fora da religião, mas sua redução a esses elementos. Talvez passada esta fase mais crítica da modernidade, possamos chegar à conclusão de que a religião não deveria ser mais estudada como fenômeno explicado a partir de outro, mas como algo *sui generis*, que precisa ser estudado a partir de seus sistemas internos de referência” (MAGALHÃES, 2008, p. 25). Nesse sentido cabe aqui a pergunta de Luís Pondé (2001, p. 57): “Não seria a não experiência do ‘tato religioso’ um caso particular e culturalmente recente de uma ‘miséria’ da cognição?”.

definida a cada momento, ou sentida de forma caótica ou linear. Mas deste *Weltanschauung*, ou dos sistemas de referência, emergem festas, lutos, lutas, política, guerra, paz, morte, vida, condenação, perdão, alegria, paz, angústia, medo, moral ou ética. Emerge um mundo. Com isto, claro, não se está a dizer que a religião é, necessariamente ou fundamentalmente, o elemento a definir vidas, sociedades e mundo. Mas ela não é somente coadjuvante. Ela, em sua multivariada de faces, pode ser (e é, tanto no nível do imaginário como da empiricidade em que ele pode ser convertido), influenciada e estruturada por elementos sociais não necessariamente de sua ordem interna (supondo que exista uma ordem interna intangível à religião). Mas também influencia e estrutura o social, a vida, a partir de sua suposta ordem interna. Aqui está um pouco de sua dialética, e da dificuldade em decifrá-la.

Assim, economia, processos sociais e políticos, entre outras coisas, podem desenhar rostos da religião, ou mesmo defini-la (?). É o debate inevitável: religião – como visão de mundo – é derivada ou inderivada? Diriam os adeptos de armistícios: é derivada em suas expressões socioculturais, mas inderivada em um núcleo basilar, o da experiência – possivelmente universal – dela, do sagrado, do que toca de forma incondicional experiências humanas particulares ou coletivas. Mas, sabe-se, este armistício pode ser artificial: não há consenso, efetivamente, em se aliar interpretações que se querem, propositalmente ou não, díspares. Como ficaria, então, uma ciência sem um objeto que seja, para ela, elemento consensual? Ora, cabe assim aos que estudam religião – seja como interpretem o termo e o “existir” do “objeto” (com ou sem aspas, como se desejar) – justamente a tarefa de, sob investigação e pesquisa, buscar conhecimento sobre este objeto. Ou resta-nos dizer com o poeta Antonio Machado: “Caminante, son tus huellas el camino, y nada más; caminante, no hay camino, se hace camino al andar”. É no caminho que se faz ciência. A Ciência da Religião, já a caminho desde o século XIX, aposta – e sustenta - que, caminhando, encontra-se, de um jeito ou de outro, o objeto. E não seria toda ciência, *a priori*, uma aposta em descobertas?<sup>10</sup>

Enquanto se caminha em ciência para se “definir”, no caminho e sob caminhada, o objeto, “recomenda-se, efetivamente, renunciar a uma definição do termo religião (...) isso vai ao encontro da tendência observada também em outros cientistas da religião a deixar a questão em aberto, em definir a religião como ‘conceito aberto’” (Hock, 2010, p. 27). Assim,

---

<sup>10</sup> Greschat (2006, p. 117) discorda de que se possa *explicar* ou *definir* o(s) fenômeno(s) religioso(s), ou o que seja religião. As respostas à pergunta “o que é religião?” são sempre parciais. O conceito “descobertas”, portanto, não se refere a encontrar o objeto tal qual, mas aos esforços por definições parciais *em* e *sob* caminho, que exigem constante atenção para que, sob o signo pretensamente legitimador de uma ciência, não se diga que religião é, enfim, isto ou aquilo. Estaria-se, neste caso, já na perigosa fronteira da ideologia.

religião permanece como objeto, pois a falta de consensos a respeito de algo não exime este algo de ser um objeto real e investigável, embora isto imponha problemas para o método de investigá-lo, advogando-se, entre alguns, a impossibilidade de um método único de investigação, ou de uma ciência (o que será explanado a seguir). Para tentar dirimir ou amenizar este "problema" (relação objeto/método/ciência), "se for desejável preservar a autonomia da pesquisa da religião como disciplina científica, talvez seja preciso estabelecer não necessariamente uma definição estreita, mas pelo menos uma caracterização aproximativa de 'religião'" (Hock, 2010, p. 27)<sup>11</sup>. Entende-se, portanto, que definições aproximativas de religião podem e devem ser oferecidas – como a de Rien, apresentada e revista neste Projeto -, desde que problematizadas no curso da pesquisa e sempre consideradas como, a um tempo, operacionais e, também, provisórias, ou aproximativas. Isto, na interpretação esboçada neste Projeto, corresponderia a um "conceito aberto" sobre religião, o que não poderia ser confundido com "conceito nenhum" sobre religião.

---

<sup>11</sup> Quando Hock fala em "preservar a autonomia da pesquisa da religião" refere-se, no entendimento deste Projeto, em definir uma ciência para a análise da religião que não seja apenas derivada, dependente ou vassala de outras ciências que não têm como seu específico a religião; ciências estas que, no entanto, têm a religião como um campo de investigação dentre outros, ou dependente de outros. Hock quer apontar para a possibilidade de uma ciência que, na interlocução com outras, defina-se em autonomia metodológica, usando e partilhando a interlocução metodológica com várias ciências e, assim, criando um viés interdependente em uma ciência que se quer singular, mas singular porquê plural e sob pluralidade. O que não significa, necessariamente, apontar um caminho permeado ou definido, na gerência (e/ou ultrapassagem) destas ciências, por uma ciência específica. Conforme o autor, "a religião como fenômeno cultural é tão amalgamada com outras áreas da cultura – economia, direito, arte, ordem política e social etc. – que não pode ser contemplada como fenômeno autônomo, mas somente nessa interdependência" (Hock, 2010, p. 27).

## 3

**CIÊNCIA PARA ESTUDAR RELIGIÃO - O QUE É ISTO?**

*Para apalpar as intimidades do mundo é preciso saber: o esplendor da manhã não se abre com faca.*

(Manoel de Barros)

Da(s) possível(eis) definição(ões) sobre religião, automaticamente já entrou-se, por força do que aqui é o Projeto, na(s) definição(ões) de ciência. Tempos atrás religião cabia à competência da Teologia tão somente (ela, também, envolta em discussão sobre sua cientificidade, quando a queria reivindicar). Mas, enfim, estudar religião, neste caso, não causa(va) maiores celeumas, ao menos no meio acadêmico civil. Afinal, seu estudo (da Teologia) – ao menos no Brasil – é (era?) restrito a ambientes fora da Academia civil e pública, e com interesses específicos institucionais.

A Ciência da Religião, entretanto, não é Teologia. Não pretende partir de um pressuposto qualquer de fé ou doutrina para estudar uma religião específica, ou o fenômeno religioso. Quer ser uma ciência e, neste sentido, se alinha à concepção ideal moderna de ciência: neutra e sem axiomas de valor; fundada na análise, verificação, comparação, reflexão autônoma, e, se possível, resultados úteis à comunidade universal, e não a um grupo específico. A Ciência da Religião é, assim, uma ciência que surge no bojo da modernidade, e, diga-se, de uma modernidade positivista, evolucionista e areligiosa, tendo, em tempos modernos, o conceito Ciência da Religião surgido, pela primeira vez, na pena de Max Müller (1823-1900), professor da Universidade de Oxford. Portanto, nada há de “religioso” no surgimento da Ciência da Religião. Contrapunha-se ela, de certo (ou de todo) modo, à Teologia.

E porque uma ciência para estudar religião<sup>12</sup>? Haveria fundamento nisto? Religiões são estudadas, na modernidade acadêmica, por disciplinas já consagradas: pela Sociologia, Antropologia, Filosofia, Psicologia, História, etc. Cada campo do saber, ou disciplina acadêmico-científica, a tem visto, analisado, perscrutado, julgado por seu ponto de vista específico, dependente de sua metodologia e *episteme*. E, por isso mesmo, sempre se é uma visão bastante parcial e fragmentária da religião, embora legítima (a partir da metodologia de cada disciplina) e relevante. O diferencial de uma Ciência da Religião é justamente (tentar)

---

<sup>12</sup> E aqui o termo no singular é significativo. Pois na concepção de alguns dos pioneiros dos estudos científicos (ou não teológicos) da religião, acreditava-se que, ao estudar as religiões comparativamente (em vários níveis) poderia-se chegar a uma essência do que é a religião e de sua evolução histórica.

buscar uma visão holística a partir da interação entre as várias disciplinas que investigam a(s) religião(ões). É ousar ver – e interpretar - seu objeto como uma totalidade, mesmo em meio às suas especificidades. Ao menos este é o ideal (Greschat, 2006, p. 24). Romantismo e ingenuidade científico-acadêmica? Mas o que seria da ciência (qualquer uma) sem o traçar metas ideais, pontos fulcrais a que se pretende chegar? Pode-se até fracassar ao final, mas seria covarde e injusto abortar qualquer projeto de ciência, em seus ideais, alegando-se “idealismo”. Seria mesmo negar a ciência como esforço por método, por clarear-se a si mesma epistemologicamente.

### **3.1 Ciência (ou ciências) no estudo da Religião (ou das religiões)**

Luís Felipe Pondé (2001, p. 64) afirma que a questão epistemológica em Ciência da Religião é complexa, sem que algum tipo de “contrato epistemológico” venha a resolver o problema. É, de certo modo, constatação – e previsão – pessimista. Este Projeto reconhece esta dificuldade, mas renuncia à renúncia por busca de “contratos epistemológicos”, ou, a bem de dizer melhor, ensaios de propostas que visem um chão comum mínimo em que se possa pisar com alguma segurança, consensos mínimos, mas detentores de alguma estabilidade, se possível. Estes “consensos mínimos” não querem, de forma alguma, adquirir estatuto de “verdade” quanto à questão, ou *modus operandi* ideal, ou epistemologia acabada para o curso que este Projeto apresenta. “Consensos mínimos” têm, justamente, esta função: o de ser referência *básica*, um ponto de partida que se apresenta para um Projeto que se queira executar. Referência esta que pode conter, em si, contradições e idiossincrasias, mas que não por isto deixa ser referência mínima legítima, pois contradição e idiossincrasia, além de serem comuns à vida humana, também se apresentam às compreensões e auto-compreensões científicas, que, a partir do paradigma desenvolvido por Karl Popper, precisam estar cientes da falsificabilidade enquanto critério de juízo fundamental para caracterizar teorias (e a própria compreensão de ciência). Assim, conhecimento/ciência se mostra sempre em sua forma conjectural.

A primeira dificuldade que se encontra para averiguar questões relativas à Ciência da Religião se revela na própria nomenclatura da área/ciência(s) da(s) religião(ões), que longe de ser um detalhe, muito diz à complexidade da questão: Ciências da Religião, Ciência da Religião ou Ciências das Religiões?

A Ciência da Religião (no singular) costuma ser compreendida como o projeto de uma ciência que unifique/sistematize várias disciplinas para uma abordagem científica da religião;



ou que crie, a partir de várias disciplinas, um método específico seu. Ainda no conceito de Ciência da Religião, a religião, estando no singular, revela que pode ser entendida de forma substancial, e não apenas como expressões humanas puramente sociais/funcionais, ou derivadas delas, como o plural “religiões” pode sugerir. Trataria-se de estudar não as religiões, mas a religião presente nas religiões, em abordagem hermenêutica. O singular para ciência também revela: um método e uma determinada epistemologia.

Porém, nem sempre Ciência da Religião, no singular, aponta para um conceito/projeto de aura fenomenológica, por exemplo. A expressão *Ciência da Religião*, conforme Frank Usarski (2004), não conduz necessariamente a uma abordagem fenomenológica.

A conceituação Ciências da Religião, por sua vez, deixa intacto um conceito de religião (no singular) que tende a apontar o objeto com, até certo ponto, independência das mediações sociais/humanas: um *numen*, ou sagrado, próximo às concepções de Rudolf Otto e Mircea Eliade, que se manifestaria historicamente nas sociedades, mediado pelas culturas. Contudo, o plural para ciência parece abrir mão da intenção de se evocar um método para a aproximação ao objeto, advogando a pluralidade (e independência, por suposto) de métodos – e da interdisciplinaridade - para a análise do objeto, sem que necessariamente as ciências, em suas particulares visões sobre o objeto, dialoguem com vistas a algum tipo de síntese de observação ou pesquisa.

Seguindo uma tendência até agora isolada no Brasil, o Programa de Pós-Graduação da UFPB/PB se intitula de Ciências das Religiões. Ao se referir à religião no plural, observa-se – ao menos teoricamente, conforme a opção de nomenclatura assumida - uma recusa a entender a religião como, de alguma forma, uma experiência comum a todos e independente, *extra nos*. A nomenclatura aponta para a ideia de que só se pode estudar as religiões em sua variedade de formas sociais/culturais, devendo assim ser consideradas elas (como produções socioculturais), não correspondendo, as religiões, a expressões culturais e sociais de um suposto sagrado comum a todas as religiões.

### **3.2 A Graduação na UFJF: Ciência da Religião**

A nomenclatura que é proposta, para a Graduação referida neste Projeto, é a de Ciência da Religião, no singular. Contudo, em um primeiro momento, o motivo de se eleger esta terminologia no singular ultrapassa as questões epistemológicas ou metodológicas acima expostas. Entende-se que no corpo docente do Departamento de Ciência da Religião da UFJF

(2011) existem variadas concepções sobre a epistemologia e diversidade de competências metodológicas quanto ao estudo da religião, e quanto à compreensão do que seja religião, e mesmo do que seja ciência. Mas também não é assim em áreas/ciências já consolidadas na Academia no mundo e no Brasil, já de longa data? Na Psicologia o conceito de *Psique* e de suas funções encontra, acaso, conceito uniforme? A Sociologia encontra armistício e consenso ao conceituar processos sociais e desenvolvimento das sociedades e história ao, por exemplo, usar como referência conceitual para os processos sociais, autores tão díspares como Marx e Weber? Enfim, tal questionamento poderia se estender a outras ciências/campos de saber. Inclusive para as ciências ditas *hard*: o conceito de Física (de suas operações/leis no universo e no ser humano) encontra coincidência total entre Newton e Einstein?

Assim, a escolha do termo Ciência da Religião, no singular, para a Graduação, cumpre, entre a saudável pluralidade de interpretações e opções epistemológicas possíveis encontradas, um papel tradicional: estar em acordo – e ligação – com o termo já consagrado e presente no Departamento de Ciência da Religião da UFJF.

### **3.3 Ciência da Religião: Autonomia e Interdependência**

Para Filoramo e Prandi “não é pensável que um simples estudioso tenha a pretensão de orientar-se com igual domínio nos diversos campos disciplinares que formam as atuais ciências das religiões” (1999, p. 6). Quereria a Ciência da Religião produzir um super-acadêmico, supra-disciplinar em competências e operacionalidades? Não se trata de tal ousadia. Contudo, algumas questões devem ser clareadas.

O presente Projeto, no que tange à compreensão sobre o que é Ciência da Religião, visa ultrapassar paradigmas que não se entendem em caminhada conjunta ou holística, ou ao menos *sistematicamente dialogal*, em um curso de Graduação em Ciência da Religião. Filoramo e Prandi (1999) talvez contribuam para a percepção de um quadro às vezes esquizofrênico em Ciência da Religião (que aqui pretende-se superar) ao nomear a medida de tensões e polêmicas evidenciadas na oposição de duas escolas distintas: explicação e compreensão. A escola da explicação, em cujo nicho estaria as ciências sociais e da mente, trataria a religião de forma empírica tão somente, como, a exemplo, manifestação sócio-antropológica ou psíquica, e redutível a ser explicada em suas funções e estruturas em relação ao meio social ou às predeterminações psíquicas, como seu produto. É o que aponta com clareza, quanto às Ciências Sociais, Paula Montero (1999, p. 329): “Os fenômenos religiosos interessam-me, não como um campo em si mesmo de investigação, mas como via de acesso à

compreensão da sociedade brasileira”. Aqui está, grosso modo, o caminho da explicação, ou seja, não considerar a religião em si, mas de forma funcional em relação à sociedade, ou a outro elemento exterior à própria religião. O que se estuda, a partir deste paradigma, é a sociedade, ou a psique, ou a luta de classes, ou o mercado, etc. Porém, “uma investigação que se referisse ao objeto religião apenas para comprovar um objeto não religioso não seria, do ponto de vista da Ciência da Religião, uma pesquisa” (Greschat, 2006, p. 39). Esclarecendo: não seria uma pesquisa de/em Ciência da Religião. Ou, em outras palavras, para analisar, *via religião*, outros objetos ou campos de pesquisa que não a própria religião - enquanto concebida como objeto fulcral de investigação - então seria mais honesto, e prático, simplesmente, por exemplo, uma área de pesquisa, em um Departamento de Psicologia, de Psicologia da Religião; uma, no Departamento de História, de História das Religiões; uma, no Departamento de Ciências Sociais, de Ciências Sociais da Religião; e assim adiante. Mas Ciência da Religião, conforme aqui compreendido, é mais que isto.

Já o pólo da compreensão vê nas religiões certa autonomia em relação às suas expressões sócio-históricas. Assim, a religião também diz a si mesma, e não somente a coisas diferentes, como pressupõe a escola da explicação. Filoramo e Prandi (1999) defendem a ideia – a começar pelo título do livro que escrevem – de que esta tensão entre dois modelos deve ser diluída por um modelo de integração, no pluralismo metodológico, em que cada disciplina (de viés explicativo ou compreensivo) resguarde, no seu interior, os seus próprios pressupostos metodológicos e de cientificidade. Propõe as Ciências das Religiões como campo disciplinar, dinâmico em diálogos entre as disciplinas. Portanto, não uma justaposição ou sincretismo metodológico. Mas uma confederação que resguarde a autonomia (as leis metodológicas internas) das disciplinas<sup>13</sup>.

Os autores falam de uma autonomia relativa da religião, ou seja, existiria sim uma linguagem religiosa a perpassar as religiões, um fio comum, certa auto-regulamentação. Contudo, o acesso do estudioso é em relação às religiões históricas. São estas a que ele teria acesso, e não a uma suposta religião essencial. Enfim, o que se estuda são as mediações culturais de certa estrutura simbólica sempre presente. É a isto, de fato, a que o pesquisador tem acesso, o seu possível. Portanto, importa não privilegiar nem uma abordagem que se queira descobridora de uma religião substancial, nem a que vise só as funções da religião na sociedade e cultura, ou psique. Mas fazer estas duas perspectivas dialogarem criativamente e polinizarem-se, ainda que não se proponha um sincretismo metodológico. Frank Usarski

---

<sup>13</sup> Quanto à análise desta discussão em Filoramo e Prandi, ver **Camurça**, 2008.

(2006), por sua vez, define a Ciência da Religião como ciência autônoma, em que os pesquisadores compartilham suas convicções teóricas em um conjunto de postulados consensuais. O que se pergunta é a que ponto a proposta de Filoramo e Prandi prevê este “conjunto de postulados consensuais”, pois que faz as ciências dialogarem, mas parece não prever um *background* de “postulados consensuais” em que se fundaria uma Ciência da Religião autônoma a ser regente, e não regida.

Joachim Wach (1990), por sua vez, postulava uma Ciência da Religião em que as ciências empíricas e as ciências apriorísticas (Fenomenologia, Teologia), pudessem conviver num casamento de contrários dentro de uma mesma casa, a casa de uma Ciência da Religião. Neste sentido Usarski (2006) chama a atenção para a Ciência da Religião enquanto metareflexão, por seu próprio caráter tensional entre as tendências reducionistas e as fenomenológicas.

Wach se distancia da perspectiva de uma área de estudos (composta de diferentes ciências) para a perspectiva de uma metodologia de estudo, ou melhor, uma ciência, da religião, que se utiliza de vários enfoques sem ser refém de nenhum, ou sem vassalagens exclusivas e só eventualmente dialogais. Não que Wach faça uma salada mista. A autonomia de cada ciência continua em suas análises, mas uma autonomia relativa que serve a um objetivo maior, dialogal, dialético e holístico<sup>14</sup>. Para tanto Wach propõe uma Ciência da Religião que seja descritiva e hermenêutica, que uma abordagem explicativas e compreensivas. Colin Campbell, ao apontar para a orientalização do Ocidente (1997), chama a atenção de que, neste volver de paradigmas, o binômio *sim ou não* não dá lugar ao modelo *sim e não*. Isto é, usufruir do paradoxo e harmonizar os contrários.

No caso o presente Projeto entende que a interdisciplinaridade, em Ciência da Religião, se proporia a uma *interdependência* entre ciências/áreas do saber, visando uma ciência autônoma ou um projeto em comum de ciência. Posto que o conceito simples de interdisciplinaridade não necessariamente se efetiva em novo rosto de uma ciência, mas o conceito de interdependência de ciências como regente da interdisciplinaridade aponta o esforço de um diálogo que se quer mais do que circunstancial, mas constitutivo de laços de saberes que visam criar uma nova compreensão, interdependente, para a constituição de uma ciência autônoma (e autônoma porquanto dialeticamente interdependente entre ciências, e não um simples agregado delas).

---

<sup>14</sup> Quanto à análise deste tema em Wach, ver **Rolim**, 1997.

Entende-se que a Ciência da Religião deve superar a diferenciação/dualismo de semânticas (como compreensão *versus* explicação), e, superando dicotomias, fazer com que áreas de saber específico sobre a religião não se isolem, mas se permeiem, não necessariamente em alguma síntese metodológica ou de resultados, mas ao menos em uma abordagem sobre a religião que se queira holística ou interdependente. A grade curricular de disciplinas, constada neste Projeto, quer apontar justamente para tanto. Ou seja, as visões específicas de ciências específicas sobre a(s) religião(ões) estão alocadas no 1º Ciclo (Bacharelado em Ciências Humanas), como, por exemplo, Antropologia da Religião, Psicologia da Religião, Filosofia da Religião, História da Religião, Fenomenologia da Religião, Sociologia da Religião. Assim, o 1º Ciclo, em sua própria formatação de acesso a um conhecimento/formação geral e interdisciplinar na área de Ciências Humanas, cumpre o papel de apresentar aos educandos as visões específicas de cada ciência sobre a religião. As disciplinas do 2º Ciclo, por sua vez, cumprem papel diferente, embora em íntima relação com as do 1º Ciclo, e devedoras delas: a de apresentar, em seus eixos e núcleos temáticos, a análise das tradições religiosas e de temas interfaciados com a religião a partir não de uma ciência específica (como poderia-se fazer, por exemplo, uma Psicologia do Budismo, ou Sociologia do Budismo, ou ainda História do Budismo), mas a partir de um planejamento ementário e bibliográfico (e de plano de ensino) que busque uma abordagem sobre o Budismo, por exemplo, ou sobre Pós-Modernidade e Religião, referenciados por visão que contemple a multifacetada riqueza de aproximações ao tema de estudo. Isto é viável e justificado na medida em que o presente Projeto *não* apresenta uma Graduação em Filosofia da Religião, ou em Sociologia da Religião, mas uma Graduação em Ciência da Religião, com toda a carga de interdependência e visão do todo, no estudo da religião, a que deve se comprometer uma interdisciplinaridade que se proponha como interdependência entre ciências e que se queira com objetivos e compromissos em relação a uma visão holística, a assim prefaciando e moldando um curso de Ciência da Religião. Portanto, “desse modo, também a pergunta pela preferência de uma compreensão mais substancialista ou mais funcional de religião passa a segundo plano, tanto mais que é preservada a possibilidade de articular os dois conceitos” (Hock, 2010, p. 29).

Evidentemente que, com isto, não se quer anular a formação – e competência específica – daqueles que, como docentes, vão gerir as disciplinas do 2º Ciclo. Não se quer, e mesmo se pode e não se deve, abstrair as ênfases que cada docente traz em sua formação específica, e leva à sala de aula ou pesquisa. O que se pleiteia é um esforço para que o curso de Graduação em Ciência da Religião seja gerido, em planejamento pedagógico e atuação em

sala de aula e pesquisa, a partir de um pano de fundo que não se atenha *stricto sensu* à ciência específica de formação do docente. Conforme Dierken, “o pensamento religioso, a descrição analítica da religião e a reflexão conceitual-categorial sobre a religião são atividades imemoriais. Já a divisão segundo diferentes disciplinas da ocupação científica com a religião, junto com suas respectivas pretensões concorrentes entre si, é um fenômeno da modernidade” (2009, p. 9). Não se trata de olvidar ou tentar anular o seccionamento que a modernidade trouxe ao criar e conferir cada vez mais especialidades específicas aos estudos, às ciências, enfim, à investigação sobre o mundo. Trata-se, contudo, de ensaiar novos paradigmas, que busquem relativa superação deste seccionamento – algumas vezes corporativo e de interesses alheios à boa ciência -, visando um discurso/análise sobre a religião que esteja para além de compartimentações e corporativismos epistemológicos. Nas palavras de Greschat (2006, p. 24), “religião como totalidade torna-se um divisor de águas entre cientistas da religião e outros cientistas que se ocupam apenas esporadicamente da religião”.

Talvez boas ilustrações para o que aqui o Projeto apresenta sejam as imagens da orquestra e a do rio. Em uma orquestra há vários tipos de instrumentos, cada um com sua função, seu som, sua técnica, sua contribuição específica para a execução de uma música. Mas quando se ouve a orquestra em atividade, com todos seus recursos instrumentais, não se ouve o violino, a flauta ou o trombone. Ouve-se a música, fruto da harmonia dos instrumentos tocados a um tempo. Sim, a música é feita de sons diversos, como os do violino, flauta e trombone. Claro que eles também podem ser (e são) ouvidos em suas especificidades. Sem eles não há música. Mas, quando se ouve, ouve-se a harmonia, ou melhor, aquilo a que chamamos música. Ao menos este é o objetivo de uma orquestra composta de vários instrumentos: executar algo que seja música e que, no caso da orquestra, não se faz como solo. Enfim, o que se pleiteia neste Projeto? Que se ofereça aos educandos a execução da música, isto é, o todo, composto de partes, é claro, mas que se possa oferecer a imagem orquestrada. Ou seja, uma ciência que, composta de muitas, tenda ao ensaio de unidade, como a música da orquestra com sua diversidade.

A Ciência da Religião “precisa ser concebida como um ponto de intersecção de várias subdisciplinas e matérias auxiliares” (Usarski, 2006, p. 15). Isto é, Ciência da Religião como ponto fulcral de diálogo, de intersecção, e não simplesmente como área de encontros fortuitos de interdisciplinaridade, senda ela mesma, a Ciência da Religião, coisa alguma, mas apenas praça de encontros, e de disputas. Conforme Japiassú (1976, p. 74), o “espaço do interdisciplinar, quer dizer, *seu verdadeiro horizonte epistemológico, não pode ser outro senão o campo unitário do conhecimento*. Jamais esse espaço poderá ser constituído pela

simples adição de todas as especialidades nem tampouco por uma síntese de ordem filosófica dos saberes especializados”<sup>15</sup>. Sem querer a simples adição disciplinar, em uma espécie de enciclopédismo, ou pleitear uma síntese geral e ou sistema de cunho filosófico, este Projeto entende a Ciência da Religião como um rio caudaloso, formado por vários afluentes. As águas dos afluentes estão todas presentes neste rio, *rio que não é os afluentes, mas um outro rio que se torna rio devido aos afluentes*, rio independente e forte, e forte e independente justamente por ter recebido água de vários afluentes que, ao se encontrarem, vão produzindo este rio em sua independência. Esta é a dialética desejada. Assim, interdisciplinaridade necessita superar um mero agrupamento descompromissado de ciências em que cada qual, nos encontros da/na *Àgora* interdisciplinar, faz seu discurso de forma indiferente às demais, pois que “a característica central da interdisciplinaridade consiste no fato de que ela *incorpora* os resultados de várias disciplinas, compara, julga e *promove a integração das mesmas*” (Japiassú, 1976, p. 75)<sup>16</sup>. Assim, postula-se aqui interdisciplinaridade como interdependência entre as ciências, sem que com isto se postule metodologias e conclusões unificadas, como em um totalitarismo epistemológico<sup>17</sup>.

Se, por um lado, a exemplo, as ciências do social asseveram que a religião, para suas metodologias específicas, mostra-se – e a isto é a que se tem acesso – sempre em, com e sob formações socioculturais, elas, em reverso, não tem ou reivindicam acesso direto ao sentido religioso subjetivo, que se operacionaliza em formas sócio-culturais. Para tanto caberia lugar à fenomenologia, ou mesmo a uma teologia não confessional, o perscrutar e racionalizar o

---

<sup>15</sup> Grifo nosso.

<sup>16</sup> Grifos nossos. Talvez uma ilustração comparativa possa ser útil. No campo da medicina, p.ex., existem, grosso modo, duas abordagens diferentes: a alopática e a homeopática. A alopática é fruto da modernidade científica, lida com especializações (dermatologia, gastroenterologia, cardiologia, etc) e cada especialista observa o seu paciente a partir dos critérios de sua especialidade. Mesmo que as especializações dialoguem entre si, a visão das patologias costuma ser seccionada, seccionando o próprio ser humano. A homeopatia, entretanto, visa abordagem holística, em que o médico observa e interpreta o paciente em seu todo, considerando o organismo humano não de forma seccionada, mas levando em consideração que os sinais que uma parte do corpo manifesta não devem ser analisados de forma separada do corpo em seu todo, mas devem ser interpretados em sua interação total/orgânica, em sua interdependência com todo o corpo (soma - *σωμα* –, somatização) e com a psique. Assim que, em uma abordagem médica holística, o médico também busca saber da biografia de seu paciente, pois que as experiências biográficas incidem sobre o corpo. Ou seja, a pessoa é vista como um todo interdependente, e não como um corpo separado das experiências biográficas, ou um corpo que é visto somente como pele, ou estômago, ou coração, etc., conforme os sinais que as partes manifestam. O exemplo aqui referido, claro, tem seus limites. Afinal, Ciência da Religião não é medicina, no sentido de detectar a religião como suposta doença ou desequilíbrio. Contudo, excluída esta dimensão, a ilustração pode caber bem para um curso de graduação em Ciência da Religião. O que se postula é que o egresso de uma graduação em Ciência da Religião possa compreender o fenômeno religioso de forma holística, inclusive levando em conta a experiência religiosa como *locus* legítimo não só enquanto constructo da religião em suas formas empíricas e históricas, mas como carregado de densidade interna e, por que não, autonomia. Ao egresso do curso é desejável que tenha compreendido – e que saiba operar minimamente – as formas particulares de estudo da religião (ciências em suas especificidades), mas que, de fato, sua compreensão sobre religião seja orgânica e holística.

<sup>17</sup> Aliás, perigosamente nas fronteiras da ideologia, que, em âmbito científico, tende a produzir totalitarismos em âmbitos político-sociais.

sentido religioso (Dierken, 2009, p. 22-23). É nesta ambivalência, troca e visada de fronteiras que um curso de Ciência da Religião se encontra: em estudar a religião em todas as suas derivações possíveis, em uma abordagem que antes privilegia *a busca* de sínteses interpretativas – ainda que necessariamente provisórias e dialeticamente reversíveis - do que narrativas científicas isoladas sobre o objeto de pesquisa. Ainda citando Dierken (2009, p. 41): “a religião tem a ver, manifestamente, com a dinâmica carregada de tensões entre a tendência para o todo e a acentuação de um elemento próprio ou peculiar inderivável: o lugar da religião são as passagens de fronteiras entre estes dois aspectos”.

Não se pleiteia - é preciso que fique claro - abolir fronteiras metodológicas e epistemológicas que estão presentes no estudo da religião. Mas, tomando por empréstimo o exemplo e a realidade da União Européia (UE), pleiteia-se possibilitar um “Espaço *Schengen*” entre elas, de “livre circulação epistemológica”. Como no caso da UE e do citado espaço, França é França, e Alemanha é Alemanha, assim como seus cidadãos têm suas respectivas nacionalidades e os países suas respectivas autonomias. Mas, “os Estados signatários do acordo aboliram as fronteiras internas a favor de uma fronteira externa única”<sup>18</sup>. Parafrazeando o exemplo para a Ciência da Religião, trataria-se de um esforço em que as fronteiras epistemológicas presentes nas várias ciências que analisam a religião cederiam espaços, em si, umas às outras, possibilitando enriquecimentos mútuos e o *ensaio* de um modelo autônomo de Ciência da Religião. E autônomo *enquanto* e *porque* permeado de interdependência entre diferentes áreas do saber em suas visões sobre religião. Esta seria a dialética da autonomia – paradoxalmente marcada pela heteronomia – em Ciência da Religião<sup>19</sup>. A concepção de Japiassú (1976, p. 31-32), em que interdisciplinaridade é mais que um aglomerado de ciências, mas diálogo de interação interdependente, é útil como ilustração:

Longe de nós, porém a idéia de apresentar o interdisciplinar como panacéia científica ou como empreendimento dissociado das características sociais e intelectuais da comunidade dos pensadores. Assim, os encontros entre especialistas não serão considerados como simples trocas de dados, pois nossa intenção não é a de chegar a um empirismo compósito, codificado para fins de ensino. Pelo contrário, esses encontros serão considerados o lugar e a ocasião em que se verificam verdadeiras *trocias de formações e de críticas em que explodem as “ilhas” epistemológicas mantidas pela compartimentação das instituições ainda às voltas com as fatias do*

<sup>18</sup>Disponível:[http://europa.eu/legislation\\_summaries/justice\\_freedom\\_security/free\\_movement\\_of\\_persons\\_asylum\\_immigration/133020\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/free_movement_of_persons_asylum_immigration/133020_pt.htm). Acesso: 10/06/2011.

<sup>19</sup> O termo cunhado neste projeto – *interdependência* entre as ciências ou áreas do saber – para caracterizar o ensaio de autonomia para uma Ciência da Religião, pode encontrar outros modelos ou especificações terminológicas. Lembra-se, aqui, do método de *articulação circular entre diferentes saberes*, ou *circulação reflexiva*, postulado por Edgar Morin, e o *processo de transição paradigmática* ou *práticas interparadigmáticas* postulado por Boaventura de Souza Santos. Para análise destas questões, ver **Vasconcelos**, 2004, p. 75-83.



*saber em que as comunicações entre especialistas reduzem os obstáculos ao enriquecimento recíproco, em que os conflitos, o espírito de concorrência e de propriedade epistemológica entre os pesquisadores devem ceder o lugar ao trabalho em comum de busca, de interação entre duas ou mais disciplinas, de seus conceitos, diretrizes, de sua metodologia, de sua epistemologia, de seus procedimentos, de seus dados, bem como da organização, da pesquisa e do ensino que dela possam recorrer.*<sup>20</sup>

Definindo resumidamente a Ciência da Religião para a compreensão aqui advogada, este Projeto ora apresentado entende que a definição de Dierken é bastante apropriada para o que se deseja oferecer com a Graduação em Ciência da Religião: “Na óptica da ciência da religião, as seguintes [características]: a *epoché* quanto à convicção de verdade; o uso de métodos empírico-fenomênicos; a distância de instituições religiosas; a visada comparativa de diferentes culturas religiosas com a concomitante abstenção de juízos de valor – em suma: a descrição neutra quanto à validade em perspectiva externa” (2009, p. 12). Em complemento a isto, o Projeto visa a Graduação em Ciência da Religião em que esta, de forma bastante sintética, seja entendida como “a pesquisa empírica, histórica e sistemática da religião e de religiões” (Hock, 2010, p. 13). Ou seja, isto compreende, neste Projeto Pedagógico, que a Graduação possa oferecer aos educandos um olhar sobre as expressões sociais e culturais da religião, sobre a doutrina, ritos, mitos, dogmas, experiências e história, e também – e juntamente a isto - sobre o que ela (religião) possa ser para além de suas expressões histórico-sociais.

Neste sentido, conforme Greschat (2006), uma Ciência da Religião tem por finalidade observar seu objeto *em totalidade* a partir de quatro momentos. Religião forma comunidades cognitivas, eclodidas de compreensões (experiências) comuns em torno de certos pressupostos de crença e visão do mundo, formando tradições religiosas. São empirias observáveis para a análise. Religião, ainda e a partir do dito acima, costuma gerar doutrinas, uma lógica explicativa à fé. Religião é, em suporte ou conseqüência do já dito, vida dinâmica, portanto se manifesta em atos, e seu dinamismo se revela em atitudes, coletivas ou pessoais, possíveis de serem mensuradas e interpretadas em sua empiria e em suas localizações sociais e culturais. E, por último, o que seria o mais nodal: religião pode ser experiência religiosa, subjetiva, íntima. Esta, de certa forma (ou de toda forma?) é inobservável, é vedada ao sensorial do cientista, foge à empiria convencionalizada pelas ciências tradicionais modernas. Mas é preciso aí também tentar se aventurar a fazer ciência, ainda que fugindo (superando) a paradigmas tradicionais e convencionalizados do que seja um objeto para a ciência que se possa efetivamente

---

<sup>20</sup> Grifo nosso.

investigar. A Ciência da Religião assume este desafio. Não contra as ciências que concebem a religião apenas como derivativa e no nível da empiria, e só observável nela. Mas em unidade com esta concepção tradicional e em busca de novos paradigmas.

## 4

**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO:  
LICENCIATURA (E A QUESTÃO DO ENSINO RELIGIOSO)**

Na ciência da religião há amplo consenso sobre o fato de que uma compreensão científico-religiosa de “religião” por sua vez não deve ser “religiosa”.

(Hock, 2010, p. 30)

A citação que aqui se faz de Hock, logo acima, é axioma básico para um Projeto de Licenciatura em Ciência da Religião. O Licenciado tem, como principal campo de atuação e competência operacional, o magistério, e no caso do Licenciado em Ciência da Religião, o magistério em Ensino Religioso. Contudo, esta competência pedagógica e didática que o Licenciado assume, a partir da moldura total Graduação em Licenciatura em Ciência da Religião, não se refere à compreensão da religião, para o exercício docente em sala de aula, como conteúdos doutrinários ou de fé que devem ser transmitidos aos educandos. Ao contrário, o Licenciado, particularmente (unicamente?) em escolas públicas e laicas, deve apresentar religião como um fenômeno humano, e deve operacionalizar seu entendimento a partir de uma abordagem ampla, científica, não confessional, que leve os educandos a compreendê-la em suas várias faces, dimensões e aproximações metodológicas, sem a apresentação de juízos de valor sobre os temas apresentados. Cabe ainda, ao Licenciado, promover, em sala de aula, uma abordagem sobre o fenômeno religioso que tenha em vista um diálogo e vivência entre os educandos – com suas matrizes religiosas ou de sentido, herdadas e/ou construídas – tolerante, criativo, de mútuo aprendizado e valorizador da alteridade e da pluralidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reconhece claramente que o ensino religioso faz parte integrante da formação básica da pessoa humana numa sociedade pluralista. A Lei, em seu artigo 33, afirma: “O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo” (Lei 9.475, de 22 de julho de 1997). Ademais, a Resolução CEB 02/98 reconhece o Ensino Religioso enquanto área de conhecimento ao lado de todas as outras constitutivas do currículo escolar (Sena, 2006, p. 133 – Anexo). Após – e mesmo antes – da aprovação da Lei, a profissão de docente em Ensino Religioso foi aberta a qualquer pessoa preocupada com a formação básica de crianças e jovens. Porém, para o adequado exercício da profissão de professor de Ensino Religioso, o

docente – tal como no caso de outros profissionais da educação que lidam com suas respectivas disciplinas – precisa estar qualificado.

Havia, em tempos passados (e ainda há, em alguns Estados da Federação), o entendimento de que professores com formação em outras áreas do saber que não seja a da Ciência da Religião, poderiam (ou podem) exercer a função de docência em Ensino Religioso. Esta visão, contudo, pode vir a não reconhecer a complexidade e relevância da disciplina em questão, deixando entrever que qualquer formação docente é competente para lidar com os temas do fenômeno e do campo religioso, sem que haja necessariamente formação qualificada do docente para tanto. Porém, a atuação profissional em Ensino Religioso não pode ser feita como “voluntariado, filantropia, boa-vontade, disponibilidade, interesse (...). Deve requerer formação específica, graduação em nível superior e educação continuada dos docentes” (Cortella, 2006, p. 19-20). Diante desta compreensão, pergunta-se: estaria um docente com formação em História apto a lecionar Matemática? Ou um professor com formação em Ciências Biológicas habilitado a lecionar Língua Portuguesa? Em tese – e em direito – não!

O reconhecimento da complexidade e especificidade do tema religião, enquanto fenômeno que marca a vida de pessoas e sociedades, e portanto enquanto sistema cultural a influenciar a sociedade (sê-la, de certo modo) e dela receber influência, torna necessário que a religião, em sua pluralidade de expressões e manifestações sociais, seja, na escola pública, lecionada por profissionais que tenham a devida e sólida formação na área específica de estudos da religião, área esta já consolidada, tanto no Brasil como, já bem antes de nosso caso, em outros países. E “é nessa condição de formação específica que entra a urgente consolidação da graduação em Ciências da Religião, com uma licenciatura dentro dela que dê conta da responsabilidade social que tal ensino demanda, evitando-se o proselitismo e a doutrinação, garantindo-se a democracia e o multiculturalismo” (Cortella, 2006, p. 20).

A Ciência da Religião dá, através de sua grade curricular e de sua abordagem específica, a base e a qualificação para esta área da docência (Ensino Religioso), através de reflexão acadêmica supradisciplinar sobre a(s) religião(ões), acentuando-se, no caso específico da Licenciatura para a docência, as ciências da educação enquanto refletem os recursos pedagógicos e didáticos para a elaboração de um currículo – e didática – adequados para a docência do Ensino Religioso em escolas públicas, particularmente, levando-se em consideração conceitos e valores como os da alteridade e a pluralidade religiosa no Brasil.

Desde aqui já fica claro que o escopo da Licenciatura em Ciência da Religião leva em conta uma formação do discente que aponte para o exercício – em níveis de planejamento curricular e pedagógico-didático – da docência em Ensino Religioso a partir de uma

perspectiva não confessional e não ligada ou subserviente a instituições religiosas. Evidentemente que o docente em Ensino Religioso pode ter sua filiação religiosa/institucional específica. Contudo, compreende-se que, para o exercício da docência de Ensino Religioso em espaços públicos e laicos, as preferências religiosas subjetivas do professor de Ensino Religioso devem ser colocadas entre parêntesis, e que seu exercício profissional em sala de aula, ao lecionar Ensino Religioso, não deve direcionar-se – no currículo, conteúdo programático e estratégias pedagógicas – a privilegiar, ou destacar em importância valorativa, uma religião específica, ou, mais grave, direcionar seu lecionar Ensino Religioso para desvalorizar, ocultar ou mesmo denegrir religiões.

Conforme Teixeira, “com a crescente diversificação religiosa no Brasil e a afirmação de um pluralismo religioso insuperável, há, certamente, que lançar novas bases para a reflexão do ensino da religião na escola pública. Não há como manter posicionamentos que defendam em âmbito público um ensino confessional, embora no Brasil ainda persistam em casos específicos modelos de ensino religioso nesta direção, cuja plausibilidade vem reforçada por fortes *lobbies* confessionais”<sup>21</sup>. De fato ainda persistem discussões, no Brasil, e modelos de Ensino Religioso secundados pela confessionalidade, como é o caso do Estado do Rio de Janeiro (2011), modelo, aliás, que no Estado fluminense está em reavaliação por parte do poder legislativo e executivo, quanto à sua pertinência para o quadro cultural plural de diversidade religiosa.

João Décio Passos apresenta, quanto à questão, três modelos de Ensino Religioso presentes no Brasil. O *catequético*, que seria unirreligioso; fundado em uma aliança Igreja-Estado; a lecionar conteúdos doutrinários, tendo como objetivo a expansão das Igrejas e a formação de féis; relacionando-se com a sociedade pluralista – em suas expressões religiosas – a partir de atitude proselitista e intolerante. O segundo modelo seria o *teológico*, de fundo plurirreligioso; secundado pela antropologia e teologia pluralista; visando a formação religiosa cidadã; e que embute, em si, uma catequese disfarçada ou dissimulada. Enfim, o terceiro paradigma seria o da *Ciência(s) da Religião*, de fundo transreligioso; secular; tendo como fonte e base de conhecimento científico quanto ao objeto religião a Ciência da Religião; estando sob a responsabilidade, em suas análises e prática pedagógica, da comunidade científica; advogando neutralidade científica (Passos, 2006, p. 28-34)<sup>22</sup>. Este Projeto, como se

---

<sup>21</sup>Disponível em: <http://fteixeira-dialogos.blogspot.com/2010/04/ciencias-da-religiao-e-o-ensino-do.html>. Acesso: 16/06/2001.

<sup>22</sup> O autor, mais adiante (p. 36-37), chama à atenção para o fato de que “não há como postular neutralidade para o ensino escolar em nenhum de seus níveis; ao contrário ele conduz à ação e ao engajamento que ocorrer num fluxo de valores que envolvem o indivíduo e a sociedade”. Realmente é difícil – e mesmo não desejável –

evidencia, quer evitar os dois primeiros modelos para a Licenciatura em Ciência da Religião em relação à formação do profissional do magistério em Ensino Religioso, e privilegiar aquele último.

Para a superação dos dois primeiros modelos apresentados acima – e aqui o foco é, particularmente, a escola pública e laica - é justamente a criação de Licenciaturas em Ciência da Religião, que se orientem por um projeto acadêmico, científico e pedagógico que se queira independente de ancoragens em religiões específicas, ou subserviente a seus interesses, que tem a função de criar espaços políticos – no âmbito da Educação – para que o Ensino Religioso, facultado por Lei em escolas públicas, possa ser plural, sem direcionamentos doutrinários, tratando do fenômeno religioso em sua maior abrangência possível, sem juízos de valor, a não ser aquele que privilegia o respeito e a abertura ao diálogo com o *outro*, com o diferente, com o diverso, reconhecendo a legitimidade do *outro* existir como ele é. De uma forma precisa, a Licenciatura em Ciência da Religião quer possibilitar a formação de profissionais de educação em que, eles, profissionais, possam aprender, e mais tarde ensinar aos seus futuros educandos que “compreender não é, em todo caso, estar de acordo com o que ou quem se compreende. Tal igualdade seria utópica. Compreender significa que eu posso pensar e ponderar o que o outro pensa. Ele poderia ter razão com o que diz e com o que propriamente quer dizer”<sup>23</sup>.

Assim, a Licenciatura em Ciência da Religião tem como meta formar profissionais docentes que, em sua prática letiva, compreendam a(s) religião(ões), suas expressões, atuação em fluxos e refluxos no campo social (indivíduo, família, sociedade civil, instituições) de forma científica, ou seja, a partir de um olhar supradisciplinar, e não de olhares teológico-confessionais específicos e restritos. Deve buscar-se, na Licenciatura, formar docentes que, através de sólida formação acadêmica na área de Ciência da Religião, assim como da apreensão de teorias e recursos pedagógicos e didáticos adequados, articulem, em sala de

---

conceber que um docente seja “asséptico”, neutro, quanto a valores e posicionamentos, em qualquer âmbito. Os valores e opções – em seus vários níveis – que perfazem a individualidade do profissional de ensino (suas opções de vida em religião, política, lazer, costumes, ética) fluem também para o exercício pedagógico e para a sala de aula. Existe um ensino de História “neutro”, “asséptico”, sem estar imbuído de tendências teóricas, ainda que mínimas? Também não é assim nos materiais didáticos? A neutralidade, tanto em ciência como em prática pedagógica, além de ser teoria suspeita, mostra-se também, ela, a suposta neutralidade, uma forma de opção que, de forma grave, não enuncia suas verdadeiras raízes. Para o caso do Ensino Religioso, quando este Projeto se refere a uma posição neutral do docente, quer referir-se a que o docente, formado nos paradigmas da Ciência da Religião, não deve induzir o educando a interpretar que haja religiões melhores ou mais verdadeiras que outra, mas que deve possibilitar a seus educandos abertura dialogal e tolerante. E esta postura pedagógica é já um “valor”, e não uma “neutralidade”, na acepção ideológica ou ingênua do conceito.

<sup>23</sup> Disponível em: <http://fteixeira-dialogos.blogspot.com/2010/04/ciencias-da-religiao-e-o-ensino-do.html>. Acesso: 16/06/2001. A frase citada é de Hans-George Gadamer, em *Da palavra ao conceito. A tarefa da hermenêutica enquanto filosofia*, p. 23.

aula, o ensino sobre o fenômeno religioso, a história das religiões e a interpretação deste fenômeno e história dentro de gradiente dialogal, marcado pela tolerância, valorização da alteridade e reconhecimento da pluralidade religiosa como fenômeno legítimo.

Não por último é importante lembrar que, na sociedade contemporânea, particularmente no caso do Brasil, as diferenças religiosas – frutos da diversidade/pluralidade religiosa – se manifestam de forma cada vez mais explícita em sala de aula e, atrelada a esta visibilidade, os conflitos também se fazem presentes. Educandos pertencentes a tradições religiosas que têm tido visão negativa a respeito de religiões alheias podem (e de fato isto tem ocorrido) gerar um ambiente de segregação e desqualificação de minorias, em sala de aula, a partir de motivações de fundo religioso. Aliás, este ambiente, de conflito cognitivo referenciado pela religião, é, algumas vezes, fomentado por docentes (de várias áreas) que percebem a educação como uma “missão evangelizadora”, por assim dizer, que comporta a divulgação de seus particulares valores oriundos de sua religião específica. E, neste quadro, a situação se torna mais grave quando é o docente de Ensino Religioso que entende seu magistério como a tentativa (por vezes sutil, por vezes explícita) de qualificar sua visão religiosa entre os educandos e desqualificar visões religiosas alheias à sua.

Como percebe-se, a escola, como um todo, e a sala de aula, de forma específica, têm sido muitas vezes local de tensão, disputas e conflitos quando o que se está em jogo é a pluralidade de pertencas (sociais, culturais, religiosas) e a alteridade. Esta tensão de conflitos – abertos ou dissimulados – se encontra não só no corpo discente, como também no docente. O Licenciado tem, neste caso, como docente em Ensino Religioso, não só a responsabilidade de, em sala de aula, empreender um diálogo respeitoso, tolerante e criativo a partir da pluralidade de pertencas religiosas ali presentes, como, em um nível macro, fomentar este espírito dialogal, que desarraiga a questão religiosa de embates e disputas doutrinárias, entre os demais docentes, oferecendo a estes (e cada qual tem sua opção religiosa) a percepção de que o espaço escolar não deve ser local de projetos educacionais concebidos como “civilizadores” a partir da inculcação, nos educandos, de valores e pressupostos específicos ligados à determinada concepção de fé do educador.

O conhecimento e reconhecimento do outro enquanto outro, com sua própria cultura religiosa, com sua rede de significados simbólicos a gerir a vida, enfim, com sua semântica própria, é um desafio para o Ensino Religioso nas escolas, particularmente as públicas, em que a diversidade religiosa presente em turma tende a ser maior. Atualmente vive-se contextos de intolerância religiosa, exclusivismos religiosos, em que a aproximação com o

diferente tem causado um estranhamento cujo resultado tem sido, muitas vezes, uma (auto)defesa da própria cultura a partir de ataques às culturas religiosas alheias, desqualificando-as e as deslegitimando. A Ciência da Religião, enquanto formadora de docentes para o Ensino Religioso, visa projeto que busca fazer com que o profissional de Ensino Religioso produza, junto aos educandos, um tipo de conhecimento que privilegie positivamente o outro, que valorize as diferenças como um dado enriquecedor, e que estimule o educando a pensar sua própria religião não contra as demais, mas em relações de respeito e tolerância com o que é diferente.

Neste sentido a proposta de Licenciatura em Ciência da Religião, com vistas à docência, de seus egressos, na disciplina de Ensino Religioso, no Ensino Básico e Fundamental, segue, em sua filosofia de concepção de curso, explicitada particularmente em sua grade curricular, uma concepção de estudos da religião sem vínculos confessionais, plural, dialógica, e voltada à construção de um aprendizado em que o educando possa perceber a sua e a religião dos outros, e o fenômeno religioso em geral, de forma liberta de preconceitos, criando um *ethos*, na prática educativa, que leve o educando a reconhecer o diferente como legítimo em sua forma de ser e pensar o mundo e a religião.

Para exemplificar esta formatação de formação licenciada em Ciência da Religião, com vistas ao exercício profissional de docência em Ensino Religioso, particularmente em escolas públicas, cita-se aqui o caso pioneiro do Estado de Santa Catarina. A Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina compreendeu que, nas escolas estaduais daquele Estado, públicas e laicas, era necessário que o Ensino Religioso fosse lecionado por profissionais que tivessem formação específica para tal. Descartou-se, entretanto, profissionais cuja formação fosse a teológica, compreendendo que a formação teológica, no Brasil, além de ser sempre confessional, poderia comprometer – *a priori* – o profissional a privilegiar (por sua própria formação) um determinado tipo de visão e interpretação sobre a religião. Entendeu-se, portanto, que caberia ao professor de Ensino Religioso uma formação não confessional, mas interdisciplinar e não necessariamente (ou acentuadamente) teológica. Para tanto compreendeu-se que a Ciência da Religião cumpria este papel, porquanto curso em que se estuda o fenômeno religioso e as religiões a partir da cooperação e entrelaçamento interdisciplinar e, conforme entendido Ciência da Religião neste Projeto, interdependente das várias ciências das áreas de humanas, sociais, entre outras. Esta compreensão que passou a vigorar no Estado de Santa Catarina, evidentemente foi fruto de um processo de reflexão em



que participaram entidades várias, como o FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso), IES (FURB, UNIVILLE, UNISUL), CONER/SC (Conselho de Ensino Religioso), entre outras.

Entrementes, hoje, para concursos públicos de provimento de cargo de docentes em Ensino Religioso em estabelecimentos educacionais do Estado, já se exige o curso de graduação/licenciatura em Ciência(s) da Religião. Esta exigência, que se fez a partir do entendimento de que o Ensino Religioso em escolas públicas deve se referenciar no lastro da pluralidade, alteridade e visão panorâmica e sem juízos prévios sobre o fenômeno religioso e as religiões, possibilitou, pela própria demanda criada de profissionais com tal formação (Ciência da Religião) para a docência em Ensino Religioso, que IES do Estado planejassem e criassem cursos de Ciência da Religião para formação de profissionais qualificados a compor o quadro docente de professores de Ensino Religioso no Estado. Assim, IES como a FURB (Blumenau), UNIVILLE (Joinville), UNOCHAPECÓ (Chapecó), UNISUL (Tubarão), UNC (Canoinhas), e a Faculdade São José (municipal/pública, de São José/SC) vieram a abrir cursos de Licenciatura em Ciência(s) da Religião.

A compreensão de que, para o exercício da docência em Ensino Religioso, o profissional necessita desta formação acadêmico-científica, proporcionada pela Ciência da Religião, está a influenciar outros Estados da Federação, que, em articulação com cursos de Licenciatura em Ciência(s) da Religião já existentes nestes Estados, ou no incentivo para sua criação, começam a exigir que profissionais de Ensino Religioso tenham formação específica em Ciência da Religião. Sem dúvida que a existência, nestes Estados, de cursos de Licenciatura em Ciência(s) da Religião, em IES públicas, como na UFPB (Universidade Federal da Paraíba), na UERN (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte), UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), UVA (Universidade Estadual do Vale do Acaraú, em Sobral, Ceará) e na UEPA (Universidade Estadual do Pará)<sup>24</sup>, tem sido fator preponderante para que estes Estados, em suas Secretarias de Educação, possam compreender a importância de que, no trato da questão religião em sala de aula de escolas públicas, estejam aptos a lecionar pessoas formadas especificamente para a área, entendendo o Ensino Religioso não como “aula de religião”, ou “catequese”, mas como disciplina que aborda, de forma neutra quanto axiomas de verdade e juízos de valor, e de forma interdisciplinar e plural, o fenômeno religioso e as religiões.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www.gper.com.br/index.php?sec=biber&secaoId=7&categoriaId=7>. Acesso: 09/06/2011.

Neste sentido compreende-se que a UFJF, em relação ao Estado de Minas Gerais, cumpre papel pioneiro e importante, enquanto IES pública e federal, de, a partir da criação da Licenciatura em Ciência da Religião, empreender diálogo e reflexão com as instâncias governamentais do Estado, particularmente na área da Educação, no sentido de avaliar e traçar novos parâmetros e compreensão para a função, objetivos e o estatuto disciplinar e curricular do Ensino Religioso no Estado, bem como da formação necessária para o exercício profissional na área. Ou seja, é a partir de iniciativas concretas como a de implementação de curso de Licenciatura em Ciência da Religião (com vistas ao Ensino Religioso) que se abrem espaços e canais, junto aos órgãos públicos, para reflexão e definição sobre a questão do Ensino Religioso nos Estados, assim como de sua regulamentação a partir de paradigmas plurais e de qualificação profissional específica para tanto. Salienta-se, ainda, quanto a esta questão, que a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), IES pública, já oferece, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a Licenciatura em Ciência da Religião. Ainda em Minas Gerais, existe a UNEC (Caratinga), IES privada, a oferecer o curso<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Disponível em: <http://www.gper.com.br/index.php?sec=biber&secaoId=7&categoriaId=7>. Acesso: 09/06/2011.

## 5

**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO:  
BACHARELADO**

(...) o que conta é a criatividade para nos aproximarmos da religião a partir de olhares investigativos mais cuidadosos, mais argutos, reconhecendo a dimensão que a religião assume na constituição da vida humana, da cultura, e nos diferentes campos dos interesses e conflitos sociais.

(Magalhães, 2008, p. 43-44)

O Bacharel em Ciência da Religião deverá ser um profissional capacitado à pesquisa sobre religião com vistas a intervenções práticas em seu meio social, seja em assessoria, seja em participação efetiva em projetos que lidam em cheio com o tema religião ou que trabalham temas que tenham por interface a religião, ou aspectos religiosos.

Entende-se o Bacharel como um pesquisador que deve contribuir, a partir dos instrumentais teóricos e metodológicos que o Bacharelado oferece, para o esclarecimento, nos meios sociais em que atuar, das questões de fundo religioso (explícito ou implícito) pertinentes a eles e que demandam um grau de análise – e porventura intervenção – qualificado, sem tendências confessionais que venham interferir em tal análise. Ou seja, o Bacharel deve dominar um saber de pesquisa sobre religião que o faça instrumento social (profissional) de referência para a interpretação do religioso no social, e para, entretanto, assessorar e interagir com entidades que, confessionalmente religiosas ou não, demandem a necessidade de haver, por motivos variados, esclarecimento e pesquisa sobre religião, seja em nível macro, seja em nível micro, atinente a ela mesma, mas prescindindo de comprometimentos hermenêuticos e confessionais prévios.

Pode-se começar por exemplificar este último caso. Organizações confessionais como a CNBB, ou uma Confederação de Entidades de Cultos Afro-Brasileiros, ou a Presidência/Direção de uma determinada Igreja protestante, podem necessitar, por motivos diversos, que em determinado momento se realize, sobre elas ou sobre seu campo de atuação, pesquisa que se intente isenta de dominações ou exclusões por tendências interpretativas internas à organização. Ou seja, que necessitem, para diagnóstico geral ou visando algum motivo prático futuro, ter a pesquisa (e seus resultados) a competência de um especialista em religião que, no entanto, não seja refém nem de pressupostos da confessionalidade daquela organização, nem das tendências ali envolvidas. O Bacharel será pessoa qualificada para entender e pesquisar religião tanto a partir de níveis internos à organização (discurso próprio)

quanto externo (discurso sobre), a partir de *locus* que se pretende isento de axiomas normativos quanto à verdade ou fé específica do que estuda/analisa/assessora. Tal mediação, para a qual o Bacharel estará habilitado, é tantas vezes necessária a organizações religiosas no intuito de que ela possa ver-se em espelho não embaçado por seus próprios olhares nativos, mas para que se veja – e possa, neste ver, fazer depois sua própria avaliação interna para seus objetivos – a partir um olhar especializado, mas não de antemão comprometido.

Mas o Bacharel talvez tenha por maior campo de trabalho, e responsabilidade, a sociedade civil em sua interface com o campo da religião e de sua intervenção nela.

Na Europa, por exemplo, os estudos sobre religião, feitos no âmbito da pesquisa em Ciência da Religião, têm assessorado entidades civis e estatais e ajudado, neste assessoramento, a definir planejamentos e condutas públicas referentes a temas complexos naquelas sociedades, como a questão das “seitas” (assim nomeado) na França, e a do Islamismo (questões sobre o uso do véu em espaços públicos, por exemplo, na França e Bélgica; ou da legitimidade da existência de minaretes, na Suíça); dos símbolos religiosos (inclusive cristãos) em espaços públicos na Itália, etc. Enfim, cabe a alguém qualificado para a pesquisa em Ciência da Religião “a pergunta pela posição da religião no âmbito público. Essa temática tem duas dimensões. Por um lado os crescentes conflitos sociopolíticos em torno de símbolos e locais religiosos”, o que pressupõe vozes qualificadas para intervir em vistas “à normatização implícita do espaço público” (Hock, 2010, p. 235). Os estudos sobre religião devem favorecer, em pesquisa e assessoria, um rosto/estatuto público, uma função pública à sua atividade. A pesquisa sobre religião, portanto, deve estar atenta e empreender contatos relevantes com a sociedade civil em suas interfaces com os elementos religiosos.

Por exemplo, pesquisas sobre religião, no Brasil, têm apontado a questão da intolerância religiosa (perseguições a adeptos de cultos afro-brasileiros e destruição de imagens sacras) que algumas instituições religiosas estariam a incitar. As pesquisas e discussões a respeito da religião têm tido efeitos concretos quanto à formação, na sociedade civil, da criação e fortalecimento de órgãos e leis referentes à proteção do direito à liberdade de crença e culto e à punição/criminalização de preconceito e perseguição religiosa (e definição destes termos/conceitos). Outras pesquisas têm se debruçado sobre a questão do Ensino Religioso em escolas públicas, e da conseqüente discussão das relações entre Estado laico e religião. Tais pesquisas têm sido úteis para esclarecimentos e a fomentar as polêmicas discussões sobre a questão, discussões que, certamente, têm (ou deveriam ter) seu lugar no lastro das decisões governamentais sobre o assunto.

Junto às organizações públicas reguladoras do espaço público, e junto às organizações religiosas que vivem no espaço social de determinada sociedade, se faz necessário, tantas vezes, perguntar “quais os distintos critérios de reconhecimento e não reconhecimento de religiões que se formaram nos distintos contextos socioculturais: o que torna uma religião *religio licita*, uma religião aceita e até promovida (pelo Estado), o que a torna um culto proibido?” (Hock, 2010, p. 235). Estas são, por exemplo, questões muito complexas e afeitas a controvérsias, preconceitos, mal-entendidos. Assim, ainda exemplificando, quanto à criação de feriados públicos referentes a datas religiosas. É comum considerar normal feriados alicerçados em datas festivas cristãs e, mais ainda especificamente, católicas. Mas quando se propõe um projeto de lei de criação de feriado referente à data festiva de uma religião marginal ou de menor expressão no Brasil, quais os critérios culturais, religiosos, regionais, enfim, específicos para se avaliar pertinência, legitimidade e relevância de tal projeto? Aí está a função de pessoa qualificada em Ciência da Religião, em intervir neste momento, embora esta intervenção deva ser considerada como *interlocutora no processo de discussão*, e não necessariamente normativa ou decisória.

Ainda sobre a questão levantada por Hock, o Bacharel também deve dar palavra qualificada (não necessariamente normativa), a partir de pesquisa, em relação a temas como práticas rituais em novas religiões e suas relações – aparentemente ou não - conflitantes com as leis do país. É o caso, por exemplo, de religiões como as do Santo Daime, União do Vegetal, Barquinha, que usam de plantas/raízes para a confecção de chás culturais/rituais que são, muitas vezes, vistos com suspeição pelas entidades públicas, particularmente as agências de saúde. O papel de um Bacharel neste caso pode ser o de intermediar a discussão entre os temas e conceitos próprios à área de saúde e os temas e conceitos próprios a estas religiões, sendo um interlocutor que domina as semânticas das duas instâncias e, por tal domínio, poderá ter um olhar de conjunto e de discernimento de critérios que seja necessário ao encontro de soluções para o caso; interlocução sem a qual talvez houvesse (haja) apenas um diálogo de surdos.

Aliás, muitas situações nas sociedades modernas, que abrigam nichos culturais diferenciados e muitas vezes diametralmente opostos, não sendo, tantas vezes, mais possível falar-se de uma cultura hegemônica nas sociedades, geram conflitos de fundo religioso que, sem a intervenção qualificada de um profissional/pesquisador em Ciência da Religião, pode se converter em monólogos sem solução, ao invés de diálogos em busca de resolução de problemas. Situações que incidem, muitas vezes, no campo das legislações, que se definem

nestas “batalhas culturais” de semânticas opostas. O Bacharel é profissional capacitado a intérprete em tais conflitos.

Recentemente (2011) no Brasil levantou-se, a exemplo, a discussão sobre a criminalização da homofobia. Organizações e grupos GLBTs insistem, por um lado, que pregações em templos evangélicos (ou fora deles) que caracterizem a homossexualidade como doença, a ser curada, ou mal a ser combatido, devam ser criminalizadas, pois seriam discriminatórias ao caracterizarem a homossexualidade como doença, ou como um mal, sem que a ciência tenha palavra fechada sobre o assunto, ou mesmo na contramão de pesquisas científicas que descartam esta caracterização à homossexualidade; e contra a liberdade de opção sexual e de autogestão identitária. Assim, lutam por criminalizar pregações que, no entender destes grupos, discriminam e denigrem os homossexuais / a homossexualidade. Pelo lado de alguns grupos e organizações de Igrejas evangélicas, defende-se que a pregação contra a homossexualidade nas Igrejas não pode ser criminalizada, já que a Constituição do Brasil prevê liberdade de culto, de expressão e que, conforme a consciência da pessoa em sua adesão de fé, a partir da palavra sagrada que interpreta – e que é normativa para estes grupos – a homossexualidade é um mal ou doença.

Pois bem, aqui, neste complexo conflito, há vários campos de saber envolvidos: o saber médico, invocado por ambos os lados (e, ele, saber médico, sem definições definitivas ou consensuais sobre o assunto); o saber médico enquanto discurso científico normativo (portanto a ciência – e interpretações dela - como cooperadora importante para a definição de legislações); o saber jurídico, legislativo e constitucional, usado por ambos os grupos de formas antagônicas, conforme seus interesses e argumentados em um xadrez político/cultural complexo; e o saber religioso, como apelo à consciência, à palavra sagrada – e sua liberdade de interpretação - que se quer normativa para quem nela crê; e, finalmente, a evocação do direito à liberdade religiosa e de expressão.

O Bacharel é a pessoa que, com conhecimentos acadêmico-científicos para a competência em pesquisa que vise o diálogo entre culturas, sociedade, religião, pode ser de grande valia na intermediação de discussões como estas, que visam criar leis que afetarão a sociedade como um todo. E não só as disciplinas cursadas na Graduação/Bacharelado em Ciência da Religião o habilitarão e legitimarão para este papel, mas também o fato de sua formação ser não confessional ou orientada por pressupostos religiosos (no estudo das religiões) e, no caso específico desta IES, por ter a chancela, em sua formação científica, de uma universidade pública e laica, que não visa representar – em sua formação do educando – interesses de grupos sociais específicos, mas tem como norma o conhecimento universal,

pautado no livre investigar das ciências, sem constrangimentos ou limites determinados por orientações de atores sociais particulares, sejam eles laicos ou religiosos.

Com isto não se quer dizer, entretanto, que o Bacharel terá um poder óbvio de “conciliador” na sociedade em seus conflitos que envolvam elementos religiosos. Não se postula aqui alguém que seja – ou que tenha a obrigação de ser – um harmonizador de conflitos, ou um agente que faça brotar unanimidades ou armistícios de conflitos sócio-religiosos, ou mesmo um legislador para tais casos. Seria presunção e inocência apresentar assim o Bacharel. Mas entende-se que o Bacharel, enquanto pesquisador qualificado, é um intérprete e interlocutor importante para tais conflitos e para o auto-entendimento de grupos sociais que tenham como tema implícito ou explícito, em suas demandas, fatores religiosos, assim como para que estes grupos possam melhor ouvir e entender (não necessariamente aceitar) pontos de vistas alheios aos seus. E, sendo a religião também fator subjetivo às pessoas, geradora de sentimentos de amor e ódio, perdão e vingança, e podendo tal subjetividade ser objetivada em atos sociais, leis, costumes, guerras, violência, o Bacharel se torna alguém que, através de pesquisa e com seu conhecimento acadêmico sobre religião, deve contribuir para uma vigilância social que impeça arbitrariedades justificadas religiosamente, pois “quando e onde há um colapso do controle da religião pelos sistemas do direito, a religião é capaz de autorizar atos criminosos” (Hans Kippenberg, *Apud* Hock, 2010, p. 233). Ou, ao avesso, que busque interlocução quando a religião se torna vítima de arbitrariedades exteriores a ela.

Ora, também a economia e desenvolvimento/estruturas econômicas da sociedade são, muitas vezes, ou alicerçadas ou influenciadas por fatores religiosos. Vide, por exemplo, o caso da Índia que, no sistema de castas fundamentado religiosamente, até tempos atrás (e hoje ainda, de certo modo) estruturava (estrutura?) a sociedade em seus pólos sociais e econômicos. Max Weber, em sua obra estruturada sob o título “Economia e Sociedade”, dimensiona amplamente a religião como a influenciar e receber influências nos desenvolvimentos sócio-econômicos de sociedades. E em sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo” advoga as injunções que o calvinismo exerceu sobre a sociedade em que se encontrava e constituía, e sua relação estreita – ou afinidades eletivas - com o fortalecimento e estruturação do nascente capitalismo. Mesmo se Weber não for a referência para o entendimento da relação economia/sociedade/religião, Marx e Engels, ao avesso de seu compatriota, mostram como a religião, ou suas ideias, não exerce poder de conduzir e estruturar a sociedade, tal como Weber refletia, mas exerce poder ao alienar as pessoas adeptas de uma fé religiosa dos processos históricos e sócio-econômicos, as anestesiando de

intervenção e consciência ativas em tal processo, o que, por sua vez, também não deixa de ser um poder ativo da religião – pelo reverso – na estruturação e desenvolvimento econômico das sociedades, ao lado da luta de classes. Engels, portanto, “não ignorou o tema da função de controle social atribuído às religiões e às Igrejas” (Costa, 2009, p. 38). Assim, mesmo “especialistas em ciências econômicas precisarão possivelmente confrontar-se com os efeitos de uma ética econômica fundamentada de modo religioso” (Hock, 2010, p. 227), como no caso de algumas sociedades islâmicas, a exemplo.

Desta forma também se evidencia como ingênua a concepção de que o estudo da religião circunscreve-se aos dados do espírito, ou, dentro de um paradigma acadêmico, somente às áreas de Humanas e Sociais. O Bacharel é, neste contexto, alguém que também, por pesquisa e análise da religião em suas injunções em relação à sociedade, tece linhas de contato e diálogo com as mais diferentes áreas do saber e intervém ou deve intervir como interlocutor, como se deseja, em esferas sociais em que a presença da religião, até então, poderia ser tida como insuspeita ou não profícua.

À Ciência da Religião cabe, através de pesquisa, interagir junto ao espaço público, junto à sociedade. Em outras palavras: fazer com que o conhecimento em pesquisa sobre religião venha a acarretar benefícios e contribuições relevantes à sociedade e às suas organizações.

Intervenções públicas para a promoção de cidadania, entendimento e esclarecimento de conflitos em várias áreas/temas da sociedade referenciados por matrizes religiosas: bioética, aborto, homossexualidade, violência e intolerância, direitos, são alguns exemplos. Não que a intervenção do profissional qualificado em Bacharel deva – ou possa ser – normativa. Mas deve ser intervenção assessora para que, através de um profissional que tenha uma visão acadêmico-científica sobre religião, abrangente, compreensivo/explicativa, sem ser secundada por pressupostos de fé pessoal ou pressupostos de verdade/juízos de valor confessionais, possa, este profissional, mapear as questões (e conflitos/polêmicas) que tenham referências religiosas, e aclarar para a sociedade e grupos envolvidos uma mediação possível para tais questões, assentada esta mediação a partir de fora do conflito e dos grupos sociais envolvidos, e contribuindo para um diálogo que seja, dentro do possível, regulador de conflitos, de políticas públicas, e mesmo de leis entre os atores sociais.



## 6

**APRESENTAÇÃO DOS ASPECTOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO (LICENCIATURA E BACHARELADO)****6.1 Objetivos Gerais da Graduação em Ciência da Religião (2º Ciclo do Bacharelado em Ciências Humanas)**

- Promover conhecimentos científicos e multidisciplinares a respeito do universo religioso presente nas sociedades humanas, particularmente na brasileira.
- Promover postura acadêmica que exclua axiomas de juízo valorativo a respeito do universo religioso e de suas expressões históricas, culturais e doutrinárias quanto à análise e resultados de pesquisa sobre religião.
- Desenvolver domínio do vocabulário e dos conceitos teóricos que regem os universos religiosos e as análises sobre eles.
- Desenvolver competências teóricas para análise da religião em suas interfaces com temas que são interativos a ela.
- Desenvolver a capacidade de contextualização e entendimento dos papéis e significados que as religiões exercem sobre pessoas, grupos, organizações, sociedades e configurações socioculturais locais, regionais, nacionais e internacionais, em uma compreensão ampla sobre as impostações e reverberações que seu objeto de estudo pronuncia.

**6.2 Objetivos Específicos da Licenciatura**

- Desenvolver formação geral, no âmbito da Ciência da Religião, e específica, quanto às teorias pedagógicas e recursos didáticos, no intuito de qualificar docentes para a área de magistério em Ensino Religioso nas escolas, públicas ou privadas, de ensino básico, fundamental e médio.
- Proporcionar que o profissional do magistério conheça e saiba utilizar devidamente as tecnologias educacionais tanto para a função de magistério em Ensino Religioso, como quanto para diálogo pedagógico interdisciplinar e de transversalidade no âmbito do equipamento educacional onde atua.

- Proporcionar autonomia crítica (baseada nos conhecimentos acadêmico-científicos da Ciência da Religião e dos conceitos e tecnologias pedagógicos) para ação em planejamento de conteúdos e planejamentos educacionais em Ensino Religioso, levando-se em conta as transversalidades de seu objeto, o planejamento pedagógico em conjunto com outras disciplinas escolares e o respeito a um planejamento e prática educativa democrática e pluralista.
- Desenvolver capacidades dialogais que visem, ao futuro profissional, implementar, em sua prática pedagógica, as articulações necessárias que visem – e promovam – o direito à diferença, a liberdade de expressão e religião, o respeito e a consciência de alteridade.

### **6.3 Objetivos Específicos do Bacharelado**

- Proporcionar formação para o trabalho com pessoas, grupos ou organizações que são influenciados e estruturados a partir de concepções religiosas.
- Desenvolver competências profissionais e saber especializado para consultorias, assessorias e pesquisas voltadas para estudos ou intervenções/interlocuções que envolvam questões religiosas em suas relações com a sociedade civil e suas instâncias e organizações, articulando, desta forma, um processo de reflexão-ação relevantes ao meio social.
- Desenvolver capacidades de utilização de diferentes métodos e fontes de informação para a produção do conhecimento sobre religião.

### **6.4 Perfil do Ingressante/Egresso**

A Graduação em Ciência da Religião trabalha com dois perfis básicos de educandos ingressantes e que, como ingressantes, visualizam sua formação final, ou sua egressão, a partir de determinados paradigmas. Aqui qualifica-se os perfis básicos de um ingressante/egresso, a partir dos modelos daqueles que se interessam pelo bacharelado, e daqueles que têm interesse pela licenciatura. Entretanto, podem (devem?), tais perfis, se objetivarem como simultâneos para os educandos, dado que a formação ideal que o curso visa oferecer é de alguém que tenha formação tanto de bacharel como de licenciado em Ciência da Religião. O perfil daquele que opta pelo bacharelado é o de quem pretende atuar na sociedade, seja em instituições religiosas ou civis oficiais, seja em ONGs, ou mesmo em caminhos diversos de assessoria e pesquisa, como mediador de um saber sobre religião que vise análises e diálogos

críticos e construtivos a respeito do papel da religião em planejamentos institucionais, conflitos sociais e resolução de questões que tenham por interface – ou como objeto central – a religião. Já o perfil do que opta pela licenciatura tende a ser o daquele que tem como meta atuar na educação (básica, fundamental ou média), particularmente no magistério em sala de aula como professor de Ensino Religioso, mas também na coordenação e assessoria, em estabelecimentos de ensino públicos ou privados, de planejamento pedagógico-didático sobre Ensino Religioso, disciplinas que tenham como transversalidade temas afeitos à religião, ou mesmo disciplinas ou projetos educacionais que, não sendo especificamente referenciados pela religião, necessitem, em sua criação no estabelecimento escolar, de um profissional que, por suas capacidades operativas a partir de sua formação científica e pedagógica quanto ao objeto religião, possa contribuir para o planejamento de disciplinas e projetos específicos de uma área ou para oferecer conhecimentos específicos aos alunos.

### **6.5 Metodologias de Ensino/Princípios Didático-Educativos**

A Graduação em Ciência da Religião, tanto no Bacharelado como na Licenciatura, tem caráter plural e acadêmico, não-confessional e sem direcionamentos doutrinários. Assim, também a metodologia do ensino prima por postura que se quer objetiva e científica, buscando descartar enfoques subjetivos à abordagem dos temas do curso.

Pretende-se estabelecer uma relação professor-aluno pautada pela dialética da troca de conhecimentos teóricos e práticos sobre os temas do curso. Assim que o professor não é um mero reprodutor de saberes, mas um coordenador que procura, em sala de aula, articular os saberes e experiências plurais dos alunos, tecendo os mesmos nas questões teóricas do curso e visibilizando-os em cruzamentos e aplicações às abordagens temáticas dos conteúdos programáticos. A relação professor-aluno, portanto, visa uma contribuição circularmente dialética entre ambos, em que a construção do saber esteja alicerçada não somente em conteúdos transmitidos pelo professor, mas na valorização do aluno como agente produtor do saber.

Assim, não somente é valorizada a aula expositivo-teórica, mas também a constituição de seminários se torna um fator privilegiado de construção de aprendizado, em que o aluno, individualmente ou em grupo, apresenta os resultados de leituras previamente indicadas pelo docente e de suas pesquisas, interpretações e conclusões aos demais discentes e ao docente, compartilhando interpretações e vivências cognitivas e colocando em debate o conhecimento, articulando a socialização do mesmo, que estará, por sua vez, sendo (re)pensado pela totalidade do grupo, questionado, problematizado e reformulado, em uma ação pedagógica

dinâmica, interventiva e socializante, em que o conhecimento se construirá pelo coletivo, mediado pelo docente enquanto interlocutor privilegiado desta produção.

O trabalho em grupo entre os discentes, para a produção de seminários, também é forma de socialização em que diferenças de interpretação são colocadas em diálogo visando a interação na produção do conhecimento que requer, dos alunos em suas visões e interpretações diferentes de um determinado tema, a colocação com clareza da explicação e articulação das idéias, o ceder, o ouvir o outro, o repensar idéias, o buscar sínteses, enfim, uma socialização que se faz através da busca em comum de objetivos e de clarificação de ideias, articulados através do diálogo e das relações de alteridade, dado que a construção do conhecimento passa sempre pelo diferente e pelo diálogo com ele.

Além de seminários baseados em textos seletos das disciplinas, tal produção de conhecimento também será mediada através de recursos tecnológicos, como documentários e filmes, dado que a imagem constitui-se, na atualidade, como forte elemento a apresentar informações, sendo de fácil assimilação às sensibilidades modernas. O educando, tanto em suas leituras do curso como no ensino através da imagem, terá o acompanhamento constante e supervisão do docente, a conduzir os processos de construção da aprendizagem.

O curso é teórico em sua essência, e contará, essencialmente, com exposições teóricas de conteúdo sobre os temas dos ementários, por meio da palavra oral, escrita e, em ambas, através não só da tradicional lousa como também de meios de multimídia, como o data-show, particularmente. Também a interação educativa através da internet poderá ser acessada, através do envio de textos, imagens e de troca de experiências por meio digital em salas e chats que professores e alunos podem criar em conjunto. A utilização de meios oriundos da internet para a construção do conhecimento vem ao encontro das sensibilidades modernas de relacionamento e de busca e construção de conhecimento, além de ser um meio que possibilita o estudo e as interações docente-discente para além da sala de aula e do formato tradicional de aulas presenciais.

Os conceitos referidos acima visam zelar, a um tempo, pela conjugação entre individualidade e integração, interpretando o educando como ser que, em sua individualidade, personalidade e história, possui potenciais e originalidades que são autônomas, mas que se realizam e aperfeiçoam na integração de saberes com outras individualidades e potenciais advindos delas. Assim, a mutualidade na construção e difusão do saber é o princípio que rege o planejamento didático deste Projeto.

## **6.6 Avaliação**

A avaliação poderá ocorrer por meios diversos: apresentações de seminários em sala de aula; exames escritos ou orais, com ou sem consulta a material da disciplina; entrega de trabalhos de pesquisa; participação em sala de aula. Porém será privilegiada a avaliação a partir de apresentação de temas previamente propostos em seminários, dado que através deste meio há interação, socialização do saber, e pode-se avaliar a articulação teórica e de exposição do aluno a partir de exposição oral e escrita, a um tempo, assim como retenção e revisão crítica do conhecimento, por parte do aluno, das leituras e pesquisas estipuladas. Contudo, tratando-se de curso de graduação, os exames escritos terão, também, lugar privilegiado quanto à avaliação. Compreende-se que o educando deve saber desenvolver raciocínio próprio, desenvolvido por escrito, sobre tema estudado, pois que esta habilidade, do organizar a reflexão teórica através da expressão do ato de escrever, é de fundamental importância tanto para pesquisadores, que deverão usar da escrita para desenvolver e apresentar resultado de pesquisas, como para docentes, que necessitam saber organizar por escrito – e de forma didática – as reflexões que precisará coordenar e apresentar em sala de aula.

Fazem parte, igualmente, dos critérios de avaliação do educando a assiduidade (conforme as regras da universidade), disciplina e responsabilidade. Como critérios que também podem fazer parte da avaliação estão: verificação da organização e método de trabalho do educando; independência/autonomia da reflexão, participação relevante em sala de aula, sendo alguns destes critérios subjetivos à interpretação do docente, e da liberdade do docente utilizá-lo de forma devidamente explicitada em suas formas com os educandos.

## **6.7 Interdisciplinaridade/Interdependência presente em Ciência da Religião**

O curso, tanto na sua face de Bacharelado, como em seu formato de Licenciatura, é todo ele interdisciplinar em sua formatação, ou mais precisamente, quer-se mesmo construir um paradigma interdependente em relação aos campos de saber/ciências que operacionalizam a investigação sobre religião, acessando as diversas disciplinas das ciências humanas e sociais em suas respectivas análises sobre o fenômeno religioso e as colocando em diálogo criativo e holístico. Espera-se, assim, alcançar uma visão de conjunto sobre o fenômeno religioso, visão esta informada pelas diversas ciências que abordam o tema religião, em cruzamentos de

saberes vários sobre os temas e, mesmo, em possíveis sínteses. Embora o curso esteja, inevitavelmente, composto por disciplinas separadas e específicas (em seus Eixos comuns, e em seus Eixos específicos para Bacharelado e para Licenciatura), não se visa, com isto, um saber fragmentado sobre o universo religioso e suas significações, mas pretende-se, com este enfoque multidisciplinar na análise da religião, levar o educando a uma compreensão do todo, em que, para esta compreensão, as disciplinas, ministradas, cada uma a sua vez, possam ser elementos de construção conjunta do conhecimento, oferecendo possibilidades teóricas de diálogo entre elas. O intuito é o de que o educando possa sair do curso percebendo que as várias linguagens, epistemes, metodologias e abordagens sobre o fenômeno religioso não se excluem necessariamente, mas podem se complementar dialeticamente em análises e conclusões.

### **6.8 Atividades complementares**

O curso é de caráter essencialmente teórico, não prevendo, *a priori*, atividades práticas (exceção às disciplinas práticas do Eixo Pedagógico, para o licenciando). O curso contará, contudo, com organização de seminários temáticos por parte dos alunos (em grupos ou individualmente), o que pode apontar para atividades fora de sala de aula no que tange à organização dos alunos para a preparação de tais seminários, em pesquisas de campo ou em arquivos, por exemplo (no caso do Bacharelado). Atividades como participação em congressos e simpósios que, direta ou indiretamente tratem do objeto religião, serão incentivadas e cobradas, inclusive, quando possível, com a contribuição, neles, de comunicações dos educandos, baseadas, preferencialmente, nos temas de pesquisa das disciplinas do curso. Também a participação em eventos educativos, sociais e culturais que possam ser relativos ao objeto do curso será considerada enquanto atividades complementares. Assim, considera-se, como atividades complementares, trabalhos voluntários (devidamente registrados); participação em diretórios acadêmicos ou representações estudantis; participação em projetos de extensão comunitária; excursões científicas e pedagógicas; publicações em livros, jornais e revistas; participação em atividades artísticas várias, preferencialmente aquelas que possam se mostrar interfaciadas com o objeto do curso.

## **6.9 Tecnologia na relação ensino-aprendizagem**

Utilização de Data-Show e de DVD (filmes/documentários). Utilização possível dos recursos provenientes da internet. E a maior tecnologia de todas: o uso da comunicação através da palavra oral e escrita como veículo interativo da aprendizagem.

## GRADE CURRICULAR E QUESTÕES ANEXAS

### 7.1 Grade Curricular

<b>Eixo 1: Tradições Religiosas (Comum)</b>	<b>Eixo 2: Religiões e Temas (Comum)</b>	<b>Eixo 3: Pesquisa em Religião (Bacharelado)</b>	<b>Eixo 4: Formação Pedagógica (Licenciatura)</b>
<p style="text-align: center;"><b>Núcleo: Tradições (T 1)</b></p> <p>Religiões do Mundo Antigo</p> <p>Religiões da China e Japão</p> <p style="padding-left: 40px;">Religiões da Índia</p> <p style="padding-left: 80px;">Budismo</p> <p style="padding-left: 40px;">Religiões Africanas</p> <p style="padding-left: 40px;">Religiões Ameríndias</p> <p style="text-align: center;"><b>(T 2)</b></p> <p style="padding-left: 40px;">Judaísmo</p> <p>Cristianismo I (Origens)</p> <p style="padding-left: 40px;">Cristianismo II (Desenvolvimentos)</p> <p style="padding-left: 80px;">Islamismo</p> <p style="text-align: center;"><b>Núcleo: Tradições Contextuais (TC 1)</b></p> <p style="padding-left: 40px;">Catolicismo</p> <p style="padding-left: 40px;">Protestantismo</p> <p style="padding-left: 40px;">Pentecostalismo</p> <p style="text-align: center;"><b>(TC 2)</b></p> <p>Religiões Afro-Brasileiras</p> <p style="padding-left: 40px;">Espiritismo Kardecista</p> <p style="padding-left: 40px;">Novas Expressões Religiosas</p>	<p style="text-align: center;"><b>Núcleo: Religião e Questões Contemporâneas</b></p> <p>Religião, Tolerância e Ecumenismo</p> <p>Religião, Modernidade e Secularização</p> <p style="padding-left: 40px;">Religião, Pós- Modernidade e Pós- Colonialidade</p> <p style="padding-left: 40px;">Religião, Política e Espaço Público</p> <p>Religião e Violência</p> <p>Religião e Estilos de Vida Contemporânea</p> <p style="padding-left: 40px;">Religião, Saúde e Bioética</p> <p style="padding-left: 40px;">Religião, Gênero e Sexualidade</p> <p style="text-align: center;"><b>Núcleo: Religião e Outros Discursos</b></p> <p style="padding-left: 40px;">Religião e Artes</p> <p style="padding-left: 40px;">Religião e Mística</p> <p style="padding-left: 40px;">Religião e Teologia</p> <p style="padding-left: 40px;">Religião e Psique</p> <p style="padding-left: 40px;">Religião e Educação</p> <p style="padding-left: 40px;">Religião e Ciência</p>	<p style="text-align: center;"><b>Núcleo: Textos Religiosos</b></p> <p style="padding-left: 40px;">Leitura de Textos Religiosos Clássicos I</p> <p style="padding-left: 40px;">Leitura de Textos Religiosos Clássicos II</p> <p style="padding-left: 40px;">Leitura de Textos Religiosos Modernos I</p> <p style="padding-left: 40px;">Leitura de Textos Religiosos Modernos II</p> <p style="text-align: center;"><b>Núcleo: Teoria e Metodologia</b></p> <p>Análise e Interpretação em Ciência da Religião</p> <p style="padding-left: 40px;">Espaço e Temporalidades em Ciência da Religião</p> <p style="padding-left: 40px;">Pesquisa em Ciência da Religião</p> <p style="text-align: center;">-----</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (200h)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Disciplinas Teóricas</b></p> <p>Saber da Ciência da Religião/Ensino Religioso Escolar</p> <p style="padding-left: 40px;">Estado, Sociedade e Educação</p> <p style="padding-left: 40px;">Processo de Ensino- Aprendizagem</p> <p style="padding-left: 40px;">Metodologia do Ensino Religioso</p> <p style="padding-left: 40px;">Políticas Públicas e Gestão do Espaço Escolar</p> <p style="padding-left: 40px;">Questões Filosóficas Aplicadas à Educação</p> <p style="padding-left: 80px;">Libras</p> <p style="text-align: center;"><b>Disciplinas Práticas</b></p> <p style="padding-left: 40px;">Prática Escolar I</p> <p style="padding-left: 40px;">Prática Escolar II</p> <p style="padding-left: 40px;">Prática Escolar III</p> <p style="padding-left: 80px;">Estágio I 200h</p> <p style="padding-left: 80px;">Estágio II 200h</p>



## 7.2 Padrão de Oferta das Disciplinas

As disciplinas constantes na Grade Curricular referentes aos Eixos *Tradições Religiosas, Religiões e Temas e Pesquisa em Religião* serão oferecidas gradativamente, sem que haja a obrigação e possibilidade de oferecê-las todas em cada semestre ou mesmo ao longo do período de três semestres consecutivos. A oferta das disciplinas será regida: 1) Em acordo com a disponibilidade de professores do corpo docente em assumir disciplinas de sua competência em determinado semestre; 2) Através de planejamento efetuado semestralmente, pelo Departamento de Ciência da Religião, levando-se em conta os recursos do corpo docente; 3) Através de consultas de demandas/interesses por disciplinas específicas que o corpo discente apresentar para cada semestre, em articulação/diálogo com o Departamento de Ciência da Religião, ficando a oferta das disciplinas demandadas sob decisão última do citado Departamento, em acordo com suas possibilidades/prioridades. A partir da conjugação destes três critérios se caracterizará, a cada semestre, a oferta de disciplinas.

## 7.3 Coerência da Grade Curricular com o perfil/objetivos da Graduação em Ciência da Religião (2º Ciclo)

A partir de tudo aquilo que foi desenhado e alicerçado neste Projeto, a Grade Curricular confeccionada abrange quatro Eixos para o graduando em Ciência da Religião (Bacharelado e/ou Licenciatura), sendo que as disciplinas neles constantes são, cada uma, de quatro (04) créditos, ou sessenta (60) horas. Os dois primeiros Eixos, nomeados como “comum” (pois destinam-se tanto ao Bacharelado como à Licenciatura), abrangem a área mais nodal e específica para um cientista da religião: o conhecimento das tradições religiosas presentes nas sociedades e temas específicos que estão envolvidos, de forma direta ou indireta, com as religiões em suas expressões organizadas ou não. Os Eixos, por conseguinte, são repartidos por núcleos. No Eixo *Tradições Religiosas* busca-se fazer um inventário o mais abrangente possível das religiões, tanto diacronicamente como sincronicamente; religiões distantes de nossa realidade sociocultural, e religiões próximas e internas a ela; religiões extintas e religiões vivas. O Eixo se divide, portanto, em seus núcleos, na análise daquelas religiões exógenas à cultura brasileira, ou que aqui se fazem presentes em forma minoritária (através de migrações ou missões), mas que são matrizes religiosas fundamentais para a compreensão do fenômeno religioso; e em analisar religiões que fazem parte arraigada da

estruturação sociocultural brasileira, como o cristianismo, em suas tradições interiores mais influentes, e as religiões afro-brasileiras e mediúnicas. Agrega-se a estes dois núcleos, em extremidades opostas, o estudo das religiões do mundo antigo, já desaparecidas em nossos contextos socioculturais atuais, e as novas expressões (ou movimentos) religiosos, que, por sua vez, podem a um tempo resgatar elementos de religiões do mundo antigo, por um lado, ou apresentar novas sínteses ou invenções de religiões do presente. O educando em Ciência da Religião poderá ter, com este quadro formativo, uma visão geral do fenômeno religioso que se apresenta nas sociedades humanas, em religiões organizadas ou em cosmovisões religiosas.

O Eixo *Religião e Temas*, por sua vez, diz respeito às análises sobre como as religiões (agentes religiosos diversos, desde indivíduos e grupos até organizações institucionais) interpretam, se relacionam e interagem – em seu interior ou em interlocução com a sociedade e a cultura – com questões específicas que a contemporaneidade coloca a elas, ou que são interiores a elas (religiões, agentes religiosos). Este Eixo, portanto, apresenta um rosto mais sincrônico (que, contudo, também tem traços diacrônicos), e traz debates atuais e complexos para a análise da religião. Visa, portanto, apontar as tensões, oportunidades e dificuldades que as religiões encontram em seu habitat social e cultural pluralista. Perguntam também, as disciplinas dos núcleos, em que medida as religiões influenciam a sociedade moderna e por ela são influenciadas, em uma circularidade ou dialética. E, nesta complexa dialética, quais os papéis que a(s) religião(ões) exerce(m), ou pode(m) exercer(em), na sociedade contemporânea e em suas agendas. E vice-versa: como a sociedade contemporânea lida ou exerce influência sobre a agenda religiosa. O Eixo também oferece disciplinas que intentam esclarecer como o(s) discurso(s) religioso(s) se relaciona com outros discursos que interpelam a religião ou mesmo que são internos ou marginais a ela.

Os Eixos restantes se concentram em temas de estudo pertinentes ou ao Bacharelado, ou à Licenciatura. O Eixo *Pesquisa em Religião*, reservado ao Bacharelado, oferece disciplinas que privilegiam o método, os conceitos, a interpretação, a hermenêutica, os instrumentais e ferramentas de análise. Entre elas observam-se disciplinas que levam o educando a ter contato com fontes primárias, a orientar-se sobre as possibilidades de como conhecê-las, interpretá-las, e, também, disciplinas que problematizam e discutem a própria Ciência da Religião, possibilitando que o Bacharel possa fazer sobre sua própria ciência juízos interpretativos e análises conceituais, no sentido de torná-lo alguém capacitado a, a partir de lugares seguros epistemologicamente (ou na busca reflexiva sobre eles), atuar em discurso autorizado em seus locais de interlocução profissional. Entrementes também inclui

disciplinas que introduzem o futuro Bacharel às técnicas de pesquisa qualitativas e quantitativas.

Finalmente, para aqueles que desejam a formação ao magistério, o Eixo de *Formação Pedagógica*, desenhado e gerido por profissionais da Faculdade de Educação da UFJF, traz, em suas disciplinas teóricas e práticas, a formação necessária à constituição de um profissional de educação que tenha por disciplina a ministrar o Ensino Religioso. As disciplinas teóricas oferecem a possibilidade do educando conhecer questões referentes aos processos de educação, desde os pedagógicos e didáticos que tem como tema direto a religião e seu ensino, como os que se referem às relações entre educação, legislação e políticas públicas. Também formam, as disciplinas do Eixo, para uma correta compreensão, por parte do educando, das relações ensino-aprendizagem em seus diversos níveis. As disciplinas práticas, por sua vez, possibilitam o educando o contato com a prática em sala de aula, e com tudo o que isto comporta: tensões, conflitos, planejamentos, recursos didáticos, relações humanas, oportunidades e dificuldades. É o momento (e o desafio) em que a teoria deve fazer-se carne e habitar o mundo real, fora do mundo da academia.

#### 7.4 Turnos do curso

O curso será oferecido em período integral, *com a garantia da carga horária mínima, para a Licenciatura, no período noturno* (excetuando-se as disciplinas práticas do Eixo de Formação Pedagógica, e ainda a disciplina Libras).

#### 7.5 Aproveitamento de Carga Horária do 1º Ciclo

Aquele que ingressar, tanto no Bacharelado como na Licenciatura, vindo do 1º Ciclo (Bacharelado em Ciências Humanas/UFJF), poderá reconhecer/validar, do 1º Ciclo, a seguinte carga horária, para aproveitamento no 2º Ciclo:

<b>As Humanidades como Campo de Conhecimento</b>	<b>4cr</b>	<b>60h</b>
<b>Filosofia e Ciência da Religião</b>	<b>16cr</b>	<b>240h</b>
<b>Formação Científica</b>	<b>8cr</b>	<b>120h</b>
<b>Área de Concentração CRE</b>	<b>20cr</b>	<b>300h</b>

<b>Tempo e Espaço / Sociedade e Cultura / Letras e Artes</b>	<b>5 disciplinas / 20cr (ao todo)</b>	<b>300h</b>
<b>Atividades Culturais</b>		<b>200h</b>
<b>TOTAL</b>	<b>68cr</b>	<b>1220h</b>

### **7.6 Carga Horária e de Disciplinas (Licenciatura)**

Para aqueles que, após o 1º Ciclo, desejarem realizar o 2º Ciclo em Ciência da Religião na modalidade Licenciatura, a grade curricular prevê um número mínimo de disciplinas (4cr e 60h cada disciplina) nos Eixos 1 e 2, mais todas as disciplinas do Eixo 4. Todas as disciplinas teóricas do Eixo 4 serão disponibilizadas no horário noturno, sendo que as disciplinas práticas do Eixo 4 (Prática Escolar I, II e III e Estágio I e II), e ainda Libras, deverão ter sua absorção no horário diurno, preferencialmente paralelamente ao acompanhamento das disciplinas do horário noturno, ou em outro momento. O curso de Licenciatura contabiliza carga total de 1840 horas e de 96 créditos.

O Licenciando em Ciência da Religião deverá cumprir estágio, conforme grade disciplinar e horária estipulada, em estabelecimentos de ensino ou equipamentos sociais que visem educação. O estágio constitui-se em um importante processo de aprendizagem no qual o educando poderá observar e articular, com o devido acompanhamento, os conhecimentos teóricos que o curso oferece com a prática educacional efetiva do ambiente escolar. Outrossim o estágio proporcionará ao Licenciando o desenvolvimento de noções e capacidades práticas como a do planejamento e trabalho em equipe; a observação, e interação, em sala de aula, de situações práticas às quais seu conhecimento teórico deverá se adaptar, em estratégias de intervenção pedagógica e ensino; a união entre razão conceitual e prática/experiência profissional, com todas as dificuldades e oportunidades a que esta interação conduz.

Observação: As disciplinas dos Eixos 1, 2 e 3 não obedecem padrão de pré-requisitos, podendo o educando desenhar seu itinerário na livre escolha de disciplinas (efetivamente ofertadas a cada semestre) que, por razões diversas, perceber serem as mais adequadas para sua formação.

## LICENCIATURA

## DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA POR EIXOS E NÚCLEOS

<b>Eixo Tradições Religiosas</b> <i>Núcleo: Tradições</i>	<b>6 Disciplinas</b> (3 T1 ; 3 T2)	<b>24cr</b>	<b>360h</b>
<b>Eixo Tradições Religiosas</b> <i>Núcleo: Tradições Contextuais</i>	<b>4 Disciplinas</b> (2 TC1 ; 2 TC2)	<b>16cr</b>	<b>240h</b>
<b>Eixo Religiões e Temas</b> <i>Núcleo: Religião e Questões Contemporâneas</i>	<b>2 Disciplinas</b>	<b>8cr</b>	<b>120h</b>
<b>Eixo Religiões e Temas</b> <i>Núcleo: Religião e Outros Discursos</i>	<b>2 Disciplinas</b>	<b>8cr</b>	<b>120h</b>
<b>Eixo Formação Pedagógica</b> <i>Disciplinas Teóricas</i>	<b>7 Disciplinas</b>	<b>28cr</b>	<b>420h</b>
<b>Eixo Formação Pedagógica</b> <i>Disciplinas Práticas</i>	<b>3 Disciplinas</b>	<b>12cr</b>	<b>180h</b>
<b>Eixo Formação Pedagógica</b> <i>Disciplinas Práticas</i>	<b>Estágio I e II</b>		<b>400h</b>
<b>TOTAL (2º Ciclo – Licenciatura)</b>	<b>24 Disciplinas</b>	<b>96cr</b>	<b>1.840h</b>
<b>TOTAL 1º e 2º Ciclos, a partir dos aproveitamentos de créditos do 1º Ciclo (Bacharelado em Ciências Humanas / Licenciatura em Ciência da Religião)</b>		<b>164cr</b>	<b>3060h</b>

### 7.7 Carga Horária e de Disciplinas (Bacharelado)

Para quem desejar, concomitantemente ao Curso de Licenciatura, ou preferencialmente após seu término, realizar o Bacharelado, deverá cursar, para além da grade disciplinar/horária constante no curso de Licenciatura, ainda mais 4 disciplinas do Eixo 3, sendo 2 de cada núcleo, e ainda apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

As disciplinas do Eixo 3 (Pesquisa) serão oferecidas em horário diurno. Para o Bacharelado o educando deverá contar com, provavelmente, mais um semestre (caso não realize as disciplinas do Eixo 3 de forma concomitante com as dos Eixos 1, 2 e 4 da Licenciatura).

Para quem desejar *apenas* realizar o Bacharelado no 2º Ciclo em Ciência da Religião, caberá cursar as disciplinas dos Eixos 1 e 2 (conforme as previstas para Licenciatura), e mais 4 disciplinas do Eixo 3 (2 de cada núcleo), além de apresentar, como trabalho conclusivo, um TCC, não necessitando cursar as disciplinas do Eixo 4. A carga horária total, para quem somente realizar o Bacharelado, é de 1280 horas no Bacharelado, totalizando (1º e 2º ciclos) 2500 horas.

#### BACHARELADO (sem Licenciatura)

##### DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA POR EIXOS E NÚCLEOS

<b>Eixo Tradições Religiosas</b> <i>Núcleo: Tradições</i>	<b>6 Disciplinas</b> (3 T1 ; 3 T2)	<b>24cr</b>	<b>360h</b>
<b>Eixo Tradições Religiosas</b> <i>Núcleo: Tradições Contextuais</i>	<b>4 Disciplinas</b> (2 TC1 ; 2 TC2)	<b>16cr</b>	<b>240h</b>
<b>Eixo Religiões e Temas</b> <i>Núcleo: Religião e Questões Contemporâneas</i>	<b>2 Disciplinas</b>	<b>8cr</b>	<b>120h</b>
<b>Eixo Religiões e Temas</b> <i>Núcleo: Religião e Outros Discursos</i>	<b>2 Disciplinas</b>	<b>8cr</b>	<b>120h</b>
<b>Eixo Pesquisa</b> <i>Núcleo: Textos Religiosos</i>	<b>2 Disciplinas</b>	<b>8cr</b>	<b>120h</b>

<b>Eixo Pesquisa</b> <i>Núcleo: Teoria e Metodologia</i>	<b>2 Disciplinas</b>	<b>8cr</b>	<b>120h</b>
<b>TCC</b>			<b>200h</b>
<b>TOTAL (2º Ciclo – Bacharelado)</b>	<b>18 Disciplinas</b>	<b>72cr</b>	<b>1.280h</b>
<b>TOTAL 1º e 2º Ciclos, a partir dos aproveitamentos de créditos do 1º Ciclo (Bacharelado em Ciências Humanas / Bacharelado em Ciência da Religião)</b>		<b>140cr</b>	<b>2500h</b>

### LICENCIATURA E BACHARELADO

#### DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA POR EIXOS E NÚCLEOS

<b>Eixo Tradições Religiosas</b> <i>Núcleo: Tradições</i>	<b>6 Disciplinas</b> (3 T1 ; 3 T2)	<b>24cr</b>	<b>360h</b>
<b>Eixo Tradições Religiosas</b> <i>Núcleo: Tradições Contextuais</i>	<b>4 Disciplinas</b> (2 TC1 ; 2 TC2)	<b>16cr</b>	<b>240h</b>
<b>Eixo Religiões e Temas</b> <i>Núcleo: Religião e Questões Contemporâneas</i>	<b>2 Disciplinas</b>	<b>8cr</b>	<b>120h</b>
<b>Eixo Religiões e Temas</b> <i>Núcleo: Religião e Outros Discursos</i>	<b>2 Disciplinas</b>	<b>8cr</b>	<b>120h</b>
<b>Eixo Formação Pedagógica</b> <i>Disciplinas Teóricas</i>	<b>7 Disciplinas</b>	<b>28cr</b>	<b>420h</b>
<b>Eixo Formação Pedagógica</b> <i>Disciplinas Práticas</i>	<b>3 Disciplinas</b>	<b>12cr</b>	<b>180h</b>
<b>Eixo Formação Pedagógica</b>	<b>Estágio I e II</b>		<b>400h</b>

<i>Disciplinas Práticas</i>			
<b>Eixo Pesquisa</b> <i>Núcleo: Textos Religiosos</i>	<b>2 Disciplinas</b>	<b>8cr</b>	<b>120h</b>
<b>Eixo Pesquisa</b> <i>Núcleo: Teoria e Metodologia</i>	<b>2 Disciplinas</b>	<b>8cr</b>	<b>120h</b>
<b>TCC</b>			<b>200h</b>
<b>TOTAL (2º Ciclo – Licenciatura)</b>	<b>28 Disciplinas</b>	<b>112cr</b>	<b>2280h</b>
<b>TOTAL 1º e 2º Ciclos, a partir dos aproveitamentos de créditos do 1º Ciclo (Bacharelado em Ciências Humanas / Licenciatura e Bacharelado em Ciência da Religião)</b>		<b>164cr</b>	<b>3500h</b>

### 7.8 TCC do curso de graduação em Ciência da Religião

Para a formação de bacharel, e conclusão do curso de graduação, é necessário um tipo de trabalho definido como “Trabalho de Conclusão de Curso” (TCC), cujo objetivo é a iniciação do aluno nas atividades profissionais e acadêmicas abarcadas pelo campo dos estudos em Ciência da Religião.

Segundo os regulamentos superiores do Ministério da Educação, o TCC pode conter variações ligadas às diferenças existentes entre as diversas áreas acadêmicas. Dessa forma, o TCC pode ser tanto uma monografia, quanto um artigo acadêmico-científico ou um ensaio. O que se exige é o rigor, o método, a capacidade de articulação de ideias e argumentos relativos aos campos das ciências que estudam a religião ou as religiões, em perspectiva interdisciplinar e, se possível, evidenciando a interdependência disciplinar desejada em Ciência da Religião.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, e em consonância a este, o TCC da graduação/bacharelado em Ciência da Religião, ou 2º ciclo do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, deverá ser um artigo científico.



Os artigos obedecem a normas gerais e específicas. As específicas são elaboradas por Conselhos Editoriais de Revistas e devem ser consultadas nos diversos periódicos.

Observe-se que a Associação Brasileira de Normas Técnicas não define as características de configuração (linhas em branco de espaçamento etc.) de um artigo científico. As normas aqui apresentadas servem para uma melhor orientação dos alunos na realização de artigos à guisa de trabalhos acadêmicos. As normas gerais, a serem apresentadas em anexo a Plano Político Pedagógico, foram norteadas pelas sugestões e recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (2003).

#### *Da definição e organização*

O artigo é um trabalho científico que exige a revisão de literatura (síntese de livros, artigos, teses, monografias e outras fontes acadêmicas existentes sobre o assunto escolhido), pesquisa e rigor intelectual. Estrutura-se em:

##### a) Elementos pré-textuais:

- ✓ Título (na língua do texto): claro e preciso;
- ✓ Subtítulo (na língua do texto): se houver, deve estar subordinado ao título;
- ✓ Autor: breve relato das credenciais do autor: ocupação atual, área de pesquisa, principais publicações, endereço eletrônico etc.;
- ✓ Título, resumo e palavras-chave na língua do texto e sua tradução em inglês, francês, italiano ou alemão;

##### b) Elementos textuais:

- ✓ Introdução: breve exposição inicial, delimitação do assunto, justificativa, objetivos da pesquisa e situação atual do tema;
- ✓ Desenvolvimento: a principal parte do artigo, onde se explica e se debate o assunto, fazendo-se uma breve revisão de literatura. Contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Pontuado por subtítulos, o conteúdo será desenvolvido em estrutura dissertativa, contemplando os estudos da área temática a que o artigo será dedicado e que variam em função da abordagem do tema e do método;
- ✓ Considerações finais: parte onde se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses. É a exposição sintética dos resultados a que se chegou.

##### c) Elementos pós-textuais:

- ✓ Referências e fontes consultadas: relação dos livros, artigos e demais fontes citadas e efetivamente trabalhadas no decorrer do texto. No caso específico dos artigos científicos, as referências não iniciam em nova página, vindo normalmente após o item anterior;

- ✓ Elementos opcionais: glossário / apêndice(s) / anexo(s): são elementos opcionais.

### *Das características gerais*

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (2003) divide os artigos científicos em duas categorias:

1 - artigo de revisão: parte de uma publicação que resume, analisa e discute informações já publicadas. Nesse sentido, existem duas formas de revisão de literatura (Medeiros, 2000): a **tópica** (conceitos e ideias dos autores, expressos em livros e textos, são colocados na ordem de publicação dos mesmos) e a **orgânica** (conceitos e ideias são agrupados em torno de temáticas sem, necessariamente, respeitar a ordem cronológica das publicações onde estão tais ideias e conceitos).

2 - artigo original: é o resultado de uma pesquisa empírica, arquivística ou documental, de campo ou quantitativa, consistindo na apresentação e debate de experiência de pesquisa, estudo de caso etc.

A partir dessa tipologia, os artigos científicos podem ser classificados em três dimensões que deverão nortear a escolha do graduando ou graduanda em Ciência da Religião:

a) Artigo de análise teórica:

- ✓ Estruturado em torno de ideias e conceitos a partir de uma lista de fontes/autores bem elaborada e de qualidade acadêmico-científica comprovada;
- ✓ Análise crítica ou comparativa de obras (literárias ou científicas), pessoas e autores, inclusive partindo de outras teorias ou modelos existentes;

b) Artigo de análise teórico-empírica:

- ✓ Baseado em uma interpretação de dados primários ligados a um tema específico;
- ✓ Apresentar, por exemplo, a testagem de hipóteses, modelos ou teorias;
- ✓ Resultado de uma pesquisa qualitativa ou quantitativa: etnografia, participação observante, história de vida, *survey*, etc.;

c) Artigo de estudo de caso: estudo exaustivo de um caso específico (evento, organização, fenômeno), e que consta do levantamento e leitura das obras da lista de fontes, selecionando e anotando conceitos cuja aplicação seja adequada ao tema.

Observação: nos dois últimos tipos podem ser usados instrumentos como entrevistas, história de vida, questionários etc. Pode haver também coleta de dados e informações complementares junto a entidades, instituições etc. Mas qualquer que seja o tipo, sem análise e reflexão, ela transforma-se em uma “colcha de retalhos”.

### *Da avaliação e da orientação*

O TCC do curso de graduação em Ciência da Religião, o referido artigo acadêmico-científico, deverá ser avaliado sob duas formas:

- a) Aspectos formais ou normas técnicas: a cargo do professor da disciplina de metodologia, a partir das normas definidas e aprovadas pela congregação, sendo expressamente exigida a adequação às normas técnicas que constam em anexo ao Projeto Político Pedagógico do curso de Ciência da Religião;
- b) Aspectos conteudísticos: a cargo do professor ao qual se vincula ou se encontra afinado com a temática geral do artigo, com 100% do total da nota.
- c) O aluno ou aluna escolherá, sob a condição de aceite e formalizada em formulário próprio, um professor do corpo docente para orientar na parte de conteúdo, assim que se iniciar o último semestre letivo do curso. O docente, entretanto, conforme avaliar conveniente, poderá contar com o auxílio de um tutor-bolsista para a orientação do referido trabalho de fim de curso.

### *Dos prazos e outros aspectos*

- O artigo acadêmico-científico deverá ser iniciado no último semestre letivo do curso, com o preenchimento de um formulário (indicação de orientação e demais formalidades, etc.; ver anexo) a ser entregue à coordenação.
- O prazo máximo será de 8 meses para sua entrega definitiva à coordenação de curso.
- O aluno encaminhará o artigo, num primeiro momento, à avaliação de conteúdo, e num segundo momento, à avaliação normativa.
- Os professores avaliadores deverão emitir a nota e a avaliação dentro de um mês.
- Caso os professores avaliadores de conteúdo e de normas recomendem mudanças no artigo, deverão comunicar tais mudanças no prazo de uma semana à coordenação do curso, que repassará ao aluno ou aluna as exigências de mudanças. Este deverá empreendê-las e submeter novamente o artigo à avaliação dentro do prazo máximo de um mês após a comunicação do coordenador;
- Após a conferência das notas e das normas, se providenciarem os recursos burocráticos para a obtenção do diploma.
- O aluno deverá deixar uma cópia encadernada simples, em mídia e impressa, junto à coordenação, que emitirá um atestado final.

### **7.9 Ingresso de candidatos vindos de outros cursos ou instituições de ensino**

Quando o candidato ao 2º Ciclo (Ciência da Religião) já tiver formação de graduação que não a prevista no 1º Ciclo, os seguintes critérios regerão a creditação prévia do candidato como exigência para ingresso no curso de Licenciatura ou Bacharelado em Ciência da Religião. Caso o candidato seja egresso de cursos de graduação em Filosofia ou Teologia, terá que realizar, tanto como para condição de ingresso na modalidade Licenciatura quanto para ingresso na modalidade Bacharelado, as cinco (5) disciplinas oferecidas pelo Departamento de Ciência da Religião que são previstas no 5º período do 1º Ciclo aos ingressantes para o curso de Ciência da Religião, ou seja, *Teorias da Religião, Introdução à Ciência da Religião, Religiões no Brasil, Diálogo Interreligioso, Linguagens da Religião*. No caso de egressos de outros cursos de graduação, além destas disciplinas constantes acima, deverá o candidato absolver as disciplinas oferecidas pelo Departamento de Ciência da Religião na Matéria Filosofia e Ciência da Religião, previstas no 1º Ciclo.

Para quem já tem graduação com licenciatura, e pretende formação licenciada em Ciência da Religião, deverá, do Eixo 4, absolver as disciplinas *Saber da Ciência da Religião/Ensino Religioso Escolar, Metodologia do Ensino Religioso*, e mais as disciplinas práticas previstas.

Casos omissos neste Projeto quanto ao ingresso de candidatos vindos de outros cursos ou instituições de ensino serão decididos e resolvidos pelos Colegiados do 1º Ciclo (Ciências Humanas) e do 2º Ciclo (Ciência da Religião) e, caso necessário, para a Licenciatura, com a colaboração (ou consulta) da Faculdade de Educação.

### **7.10 Disciplinas eletivas/adicionais não oficiais**

Para as modalidades de Licenciatura e Bacharelado em Ciência da Religião o Departamento de Ciência da Religião *poderá oferecer*, sob demanda ou por iniciativa própria, disciplinas eletivas/adicionais referentes a idiomas, clássicos e modernos, que resultem úteis à leitura e compreensão de textos religiosos. Tal oferta não está apresentada na grade curricular, pois se entende, neste Projeto, que a oferta destas disciplinas não significa a absorção de créditos oficiais, mas significa uma *oferta livre*, por parte de docentes do Departamento, aos educandos possivelmente interessados. Tal oferta do aprendizado de certos idiomas (como, p.ex, grego, sânscrito, hebraico, latim, árabe) pode se dar, de forma livre e extracurricular,

conforme os docentes entenderem que, para algumas disciplinas, o aprendizado de determinado idioma se torna importante, e se dispuserem para o ofício letivo do idioma.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Manoel de. **O livro das ingnoranças**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1993.
- CAMPBELL, Colin. A orientalização do Ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio. In: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, Vol. 18, n. 1, 1997. p. 5-22.
- CAMURÇA, Marcelo. **Ciências Sociais e Ciências da Religião: polêmicas e interlocuções**. São Paulo: Paulinas, 2008.
- COSTA, Joaquim. **Sociologia da Religião**. Aparecida: Santuário, 2009.
- CORTELLA, Mário Sérgio. Educação, Ensino Religioso e Formação Docente. In: SENA, Luzia (Org.). **Educação, Ensino Religioso e Formação Docente: Ciências da Religião e Ensino Religioso em Diálogo**. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 11-20.
- DIERKEN, Jörg. Teologia, Ciência da Religião e Filosofia da Religião: definindo suas relações. In: **Numen**. Juiz de Fora, vol. 12, n. 1 e 2, 2009. p. 09-44. Tradução: Luís Henrique Dreher.
- DREHER, Luís. Ciência(s) da Religião: teoria e pós-graduação no Brasil. In: TEIXEIRA, Faustino (org.). **A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil. Afirmação de uma área acadêmica**. São Paulo: Paulinas, 2001.
- FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. **As Ciências das Religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.
- GUERRIERO, Silas. Objetividade e subjetividade no estudo das religiões. In: **Plura: Revista de Estudos de Religião**, vol.1, nº 1, 2010, p. 54-65.
- GRESCHAT, Hans-Jürgen. **O que é ciência da religião?** São Paulo: Paulinas, 2006.
- HOCK, Klaus. **Introdução à Ciência da Religião**. São Paulo: Loyola, 2010.
- JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LUCCHESI, Marco. **Saudades do paraíso**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1997.
- MAGALHÃES, Antonio; PORTELLA, Rodrigo. **Expressões do sagrado: reflexões sobre o fenômeno religioso**. Aparecida: Santuário, 2008.
- MONTERO, Paula. Religião e dilemas da sociedade brasileira. In: MICELI, Sérgio. **O que ler em ciência social no Brasil**. Caxambu, ANPOCS, 1999.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Estudos da Religião no Brasil: um dilema entre academia e instituições religiosas. In: SOUZA, Beatriz. **Sociologia da Religião no Brasil. Revisitando metodologias, classificações e técnicas de pesquisa.** São Paulo: PUC/UMESP, 1998.

PASSOS, João Décio. Ensino Religioso: mediações epistemológicas e finalidades pedagógicas. In: SENA, Luzia (Org.). **Educação, Ensino Religioso e Formação Docente: Ciências da Religião e Ensino Religioso em Diálogo.** São Paulo: Paulinas, 2006. p. 21-45.

PONDÉ, Luís Felipe. Em busca de uma cultura epistemológica. In: TEIXEIRA, Faustino (org.). **A(s) Ciência(s) da Religião no Brasil. Afirmação de uma área acadêmica.** São Paulo: Paulinas, 2001.

RIES, Julien. **O sentido do sagrado: nas culturas e nas religiões.** Aparecida: Ideias e Letras, 2008.

ROLIM, Francisco Cartaxo. Joachim Wach e a Ciência da Religião. In: ROLIM, Francisco Cartaxo (Org.). **Dicotomias religiosas: ensaio de sociologia da religião.** Petrópolis: Vozes, 1997. P. 108-130.

USARSKI, Frank. **Constituintes da Ciência da Religião.** Cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma. São Paulo: Paulinas, 2006.

USARSKI, Frank. **O Espectro disciplinar da ciência da religião.** São Paulo : Paulinas, 2005.

USARSKI, Frank. Os Enganos sobre o Sagrado – Uma Síntese da Crítica ao Ramo "Clássico" da Fenomenologia da Religião e seus Conceitos-Chave. In: **Rever.** Ano 4, n. 4, São Paulo: PUC, 2004. P. 73-95.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa.** Petrópolis; vozes, 2004.

WACH, Joachim. **Sociologia da Religião.** São Paulo: Paulus, 1990.